



Universidade Federal de Pernambuco

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Karla Augusta Silveira

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO.**

Recife, 2010.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KARLA AUGUSTA SILVEIRA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientação: Dr^a Vitória Gehlen

Recife, 2010.

Silveira, Karla Augusta

Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco / Karla Augusta Silveira. - Recife: O Autor, 2010.

101 folhas : il., fig., tab., mapa e quadros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2010.

Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.

1. Meio ambiente. 2. Conflito social. 3. Participação social. 4. Produção – Espaço. 5. Ambientalistas. I. Título.

**504
577**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/12**



Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais



**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE.**

KARLA AUGUSTA SILVEIRA

Data de aprovação: 11/02/2010

Orientador

Prof. Dr. Vitória Régia Fernandes Gehlen (UFPE)

Examinadores:

1º Examinador

Prof. Dr. Rosa Ester Rossini (USP)

2º Examinador

Prof. Dr. Marx Preste Barbosa (UFCG)

3º Examinador

Prof. Dr. Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos pequenos agricultores, homens e mulheres, que vivem dentro do Complexo Industrial Portuário de Suape, que resistem dia e noite às opressões de um modelo de “desenvolvimento” excludente e que está longe de ser sustentável. Continuem resistindo e nunca percam a esperança de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, apesar de ser individual, é fruto de esforços coletivo, sem os quais se tornaria inviável.

Fazer o mestrado foi um desafio interessante para mim. Amadureci muito como pessoa, como profissional e, especialmente, como um ser consciente da condição de eterno aprendiz.

Por isso, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para este meu processo de aprendizado e formação acadêmica, em especial:

A Deus, pelo dom da vida e por ter me conduzido a conhecer pessoas valorosas que me deram total suporte neste trabalho.

À minha mãe, a quem honro pelo esforço com o qual me educou pra vida, sempre priorizando a minha formação no caráter e na sensibilidade humana.

A meu irmão, Ricardo Jorge Silveira Gomes, que sempre me incentiva á vida acadêmica.

À Professora Dra. Vitória Gehlen, por ter me acolhido como orientanda e me guiado nos caminhos da academia numa relação de amizade, confiança e troca.

À professora Vanice Selva, pelo seu acompanhamento e troca de experiências e aos demais professores do PRODEMA.

À Solange, secretária do PRODEMA, cujo trabalho fortalece a produção acadêmica de mestrandos e professores.

A todos os colegas de turma e em especial à Tatiana Santana, Lygya Costa e Ruy Parahyba, por ter caminhado junto comigo, compartilhando bons e difíceis momentos.

À Rede de Defesa Ambiental, à CAPES e ao Grapp por propiciarem condições para operacionalização da pesquisa.

Aos líderes comunitários das comunidades do Complexo Industrial Portuário de Suape, pela acolhida e disposição de cooperação com esta pesquisa, em especial a Mário e Aline, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Ipojuca, que foram meus guias dentro das comunidades rurais estudadas.

À Daniela Cysneiros e a Cecília, da Coordenação de Meio Ambiente de Suape, pelo apoio na disponibilização de informações do Complexo Industrial Portuário de Suape, que foram úteis para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos Lucicleiton Leandro, Raquel Pereira, Gilson Amaro, Eunice e João Júnior, pelo companheirismo nos momentos de dificuldade que passei no decorrer do trabalho.

E de forma muito especial, ao meu querido esposo, André Paulo de Barros, que me co-orientou neste trabalho abdicando de muitas tarefas para me dar suporte do início ao fim.

RESUMO

A discussão sobre conflitos socioambientais vem sendo uma questão chave para a compreensão das diversas contradições existentes no atual modelo de desenvolvimento global ancorado predominantemente no modo de produção capitalista. É nessa perspectiva de estudo e reflexão que este trabalho trilha seus esforços na compreensão da temática dos conflitos socioambientais aproximando a questão ambiental das ciências sociais. O trabalho desenvolveu-se com base no conceito de Acsehrad (1995) sobre conflito socioambiental. Entende-se o conflito socioambiental como sendo um conflito social em torno do modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas. O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) em Pernambuco, como referencial empírico, é um exemplo relevante desta temática que surge na história do país entre as mais claras evidências da abordagem que considera o meio ambiente como simples externalidade do cálculo econômico. A partir desse tema foi possível demonstrar a influência dos valores econômicos sobre os conflitos socioambientais em torno do uso e apropriação dos recursos naturais. Essa dinâmica tem afetado, diretamente, comunidades localizadas no CIPS, a maioria formada de populações tradicionais de pescadores e agricultores que vivem em constante ameaça de perda da terra e da identidade cultural. Diante dessa conjuntura, este estudo teve como objetivo analisar os conflitos socioambientais no espaço do CIPS, identificando os atores envolvidos e as formas de participação social nesses conflitos. Parte do pressuposto de que o uso e apropriação privada da terra e dos recursos naturais interferem nas condições de trabalho e na qualidade de vida de comunidades nativas que desenvolvem relações metabólicas com a natureza, provocando restrições de direitos e o aparecimento de conflitos socioambientais. O estudo caracterizou o CIPS nos aspectos geográfico, histórico e sócio-econômico; mapeou os conflitos socioambientais existentes com identificação dos atores envolvidos; e identificou as formas de participação social nos conflitos socioambientais existentes. A metodologia da pesquisa, dentro de um enfoque dialético, se estruturou na Triangulação de Métodos (MINAYO, 1994) estabelecendo abordagens qualitativas com enfoque interdisciplinar na análise e discussão dos resultados. O estudo, de um modo geral, evidenciou que a produção social do espaço possui profundos rebatimentos nos conflitos socioambientais. Demonstrou também, que a compreensão da geograficidade dos conflitos socioambientais é importante no estudo desses conflitos, por ser o espaço geográfico um elemento significativo nas relações conflituosas de apropriação da natureza que caracterizam o conflito socioambiental. Os conflitos socioambientais identificados demonstraram a existência de políticas socioambientais que atendem à classe capitalista e aos “ambientalistas conservacionistas”, sem atender aos grupos sociais que mantinham relações metabólicas com a natureza, mas que por conta do desenvolvimento industrial-portuário, foram expropriados e tiveram seu modo de vida degradado de forma irreversível. O estudo também apresenta os processos de participação social nos conflitos socioambientais manifestos, demonstrando que os expropriados e excluídos das políticas socioambientais vigentes, criaram seus “espaços diferenciais” mediante organização de movimentos sociais, manifestando seus desacordos, suas dificuldades, suas revoltas e suas reivindicações. Destaca-se colocando, também, como os atores envolvidos apresentam-se como portadores de projetos políticos alternativos de interação com o meio ambiente, onde a produção social do espaço não venha a servir como meios instrumentais de preservação do poder político.

Palavras-chaves: Conflito socioambiental; Participação social; Produção do Espaço.

ABSTRACT

The discussion with respect to social environmental conflicts is a key issue for the comprehension of the diverse contradictions existent in the actual model of global development predominantly in the capitalist form of production. It is that perspective of study and reflection that this work goes about the comprehension of the theme of social environmental conflicts and approaches the issue of social sciences with respect to the environment. The work was based in the concept of *Acseirad* (1995) with regards to social environmental conflicts. It is understood that the social environmental conflict is a social conflict around the appropriation and the use of natural resources and that involve the relation of power where the individuals involved construct an “environmental dimension,” for their causes. The Port and Industrial Complex of Suape (PICS) in Pernambuco, as an empiric reference, is a relevant example of this theme that arises in the history of the country amongst the clearest examples of where the environment is considered as a simple external factor of the economic calculation. Stemming from that theme, it was possible to demonstrate the influence that the economic values had on the social environmental conflicts and accordingly on the use and on the appropriation of the natural resources. That dynamic has directly affected the communities located in the PICS, the majority being traditional fishing and farming communities who live with the constant threat of losing their land and their cultural identity. It is in this context that this study had as an objective to analyze the social environmental conflicts in the PICS, identifying the players involved and the forms of social participation in these conflicts. Part of the assumption is that, the use, the private appropriation of the land and of the natural resources interferes with the work conditions and with the quality of life of the native communities that have a close metabolic relationship with nature thus provoking restrictions of their rights and causing social environmental conflicts to arise. This study characterized the PICS geographically, historically and socioeconomically; it mapped the social environmental conflicts existent with the identification of the players involved; and it identifies the forms of social participation existent in these social environmental conflicts. The methodology of the inquiry, within a dialectic focus, was structured in the triangulation of methods (MINAYO, 1994) thus establishing a qualitative approach with an interdisciplinary focus in the analysis and discussion of the results. This study, in a general way, evidenced that the social production of the space possesses deep debates in the social environmental conflicts. It also demonstrated that the geographic comprehension of the social environmental conflicts is important in the study of these conflicts, because the geographic space is a significant element in the conflicting relations that involve the appropriation of nature that characterize social environmental conflicts. The social environmental conflicts identified show the existence of social environmental politics that pertain to the capitalist class and to the “conservative environmentalists” without meeting the needs of the social groups that maintain the metabolic relationships with nature, and that due to the industrial development of the port, were expropriated and had their way of life degraded in an irreversible manner. The study also presented the processes of social participation in the manifest of the social environmental conflicts, demonstrating that those who were expropriated and excluded from the political socio environmental spaces create their own “differentiated spaces” by way of social environmental organizational movements in that way manifesting their disagreement, their difficulties, their revolt as well as their demands. It is also important to note, that the players involved present themselves as owners of alternative political projects that take into account the environment and that these social spaces should not serve as instrumental springboards for the preservation of political power.

Key words: Social Environmental Conflict; Social Participation; Territorial production

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fases e cronograma da pesquisa.	22
Figura 2	Fotografias de visitas às comunidades localizadas no CIPS.	23
Figura 3	Mapa dos Conflitos Socioambientais elaborado na pesquisa.	28
Figura 4	Relação dialética entre espaço geográfico e modo de produção.	32
Figura 5	Propriedades básicas do movimento social.	54
Figura 6	Localização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).	57
Figura 7	Evolução histórica dos investimentos de capital público e privado no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).	59
Figura 8	Principais rotas internacionais (fluxos mercantis) para o Porto de Suape (CIPS).	60
Figura 9	Gravura do Acoradouro de Suape de 1635 localizada no Museu de Amsterdam.	61
Figura 10	Fotografia do estuário de Suape nos anos 1970 antes da implantação do porto.	62
Figura 11	“Do Rural ao Urbano” - Evolução do Processo de Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul/PE dos anos de 1500 a 2000.	67
Figura 12	Fotografia da instalação de uma indústria no Engenho Serraria.	71
Figura 13	Fotografia de uma pequena propriedade rural com moradias ao lado de uma indústria (Alcan) no Engenho Serraria.	72
Figura 14	Fotografia do viveiro florestal do CIPS.	74
Figura 15	Fotografia de moradias do Engenho Algodoads por onde passa o gasoduto da Lanxess.	74
Figura 16	Fotografia da sede da Associação de Moradores Engenho Algodoads.	75
Figura 17	Fotografia do acesso à comunidade do Engenho Mercês (estrada de barro).	77
Figura 18	Fotografia do rio Tatuoca na comunidade do Engenho Mercês com intervenção de obras de drenagem pluvial oriunda dos empreendimentos de construção de estradas, alterando o regime de marés em partes do estuário	77

LISTA DE FIGURAS (Continuação)

Figura 19	Fotografia de placa indicativa das obras de ampliação e implantação do sistema de saneamento integrado da Praia de Gaibu	79
Figura 20	Fotografia do acesso à Comunidade da Ilha de Tatuoca construída pelo Estaleiro Atlântico Sul.	81
Figura 21	Fotografia da placa indicativa da construção do Conjunto Residencial Nova Tatuoca em terras do Engenho Tiriri	82
Figura 22	Fotografias do dique de enrocamento (acesso provisório à Ilha) em ângulos diferentes.	83
Figura 23	Fotografia da captura artesanal do camarão no estuário do rio Tatuoca no trecho do dique de enrocamento do acesso provisório à ilha	83
Figura 24	Fotografia de Moisés Antônio da Silva, 69 anos de idade, líder comunitário da Vila de Suape, Autor do Poema “Suape Antes de 1960 e Suape Depois de 1960”.	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Matriz de “mapeamento” dos conflitos socioambientais.	29
Quadro 2	Quadro de Análise dos Conflitos Socioambientais identificados.	30
Quadro 3	Principais tendências teóricas no estudo dos conflitos socioambientais no Brasil.	42
Quadro 4	Levantamento preliminar de conflitos agrário-fundiários e socioambientais existente no CIPS a partir dos relatos dos entrevistados pela pesquisa.	68
Quadro 5	Identificação dos conflitos socioambientais existente no CIPS a partir da sistematização dos relatos dos entrevistados pela pesquisa.	69
Quadro 6	Análise do conflito socioambiental na Ilha de Tatuoca.	86
Quadro 7	Análise do conflito socioambiental de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bita e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.	90
Quadro 8	Análise sintética da forma de participação nos conflitos socioambientais manifestos identificados no CIPS.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação à faixa etária.	24
Tabela 2	Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação à ocupação.	24
Tabela 3	Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação ao nível de escolaridade.	24

ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPAN	ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CAMPI	CENTRO DE APOIO AOS MICROS PLANTADORES E CRIADORES VALE DO IPOJUCA
CEHAB	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO
CENDHEC	CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL
CIPS	COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE
CNPQ	CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E TECNOLOGIA
CNUMAD	CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
COHAB-PE	COMPANHIA DE HABITAÇÃO - PERNAMBUCO
CPRH	AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
EIA/RIMA	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL
ETE	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
GESTA	GRUPO DE ESTUDOS EM TERRITÓRIOS AMBIENTAIS
GPS	GLOBAL POSITIONING SYSTEM
GRAPP	GRUPO DE ESTUDOS EM RAÇA, GÊNERO, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
IBASE	INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MCT	MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MLST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

ABREVIATURAS E SIGLAS (Continuação)

MST MOVIMENTO DOS SEM TERRA

ONGS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PROALCOOL PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL

PRODEMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
1.1 Objetivos e método.....	21
1.2 Plano de trabalho: fases e cronograma.....	22
1.3 Procedimentos metodológicos.....	22
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEUS REBATIMENTOS NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	31
2.1 Espaço e seus elementos constitutivos.....	31
2.2 A produção social do espaço: conflitos e contradições.....	33
2.3 A produção do espaço e conflitos socioambientais	36
3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	40
3.1 Abordagens teóricas dos conflitos socioambientais	40
3.2 Conceito de conflitos socioambientais.....	42
4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONSENSO E CONQUISTA DE DIREITOS .	45
4.1 Estado e forças sociais: atuação estatal nos conflitos socioambientais	45
4.2 A participação social como instrumento de cooperação e gestão socioambiental	48
4.3 A participação social como processo de luta pela conquista de direitos.....	50
4.3.1 Confronto político e movimentos sociais	51
4.3.2 Propriedades empíricas dos movimentos sociais.....	52
4.3.3 Oportunidade e restrições políticas nos movimentos sociais.....	54
5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE	57
5.1 O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).....	57
5.1.1 Caracterização geral do CIPS.....	57
5.1.2 Contexto histórico do uso e ocupação da terra no Complexo Industrial Portuário de Suape	61
5.2 Conflitos socioambientais existentes	67
5.2.1 Conflitos socioambientais no Engenho Serraria	70
5.2.2 Conflitos socioambientais no Engenho Algoduais.....	73
5.2.3 Conflitos socioambientais no Engenho Mercês (Ipojuca)	76
5.2.4 Conflito socioambiental nas comunidades de Praia de Gaibu, Águas Compridas e Vila Cepovo	78
5.2.5 Conflitos socioambientais na Ilha de Tatuoca	80
5.2.6 Conflito socioambiental nos Engenhos Arandepe, Bitá, Campi, Pirajá, Tabatinga e Alagado/Penderama ..	87
5.3 Participação social nos conflitos socioambientais	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	107
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

A discussão sobre conflitos socioambientais tem sido uma questão chave para a compreensão das diversas contradições existentes no atual modelo de desenvolvimento global ancorado predominantemente no modo de produção capitalista.

A sociedade humana encontra-se em uma crise socioambiental de proporções alarmantes. Apesar de existirem políticas, acordos internacionais e tecnologias voltadas para a reversão dessa situação, ainda existem forças socioeconômicas que reproduzem, continuamente, a degradação e a depredação do meio ambiente e da natureza humana. Essas forças são as relações capitalistas (FOLADORI, 2008; DOWBOR, 2008).

Para Foladori (2008) a crise ambiental tem uma relação estreita com as crises econômicas inerentes do capitalismo que, ao desconsiderar a satisfação das necessidades humanas, produz os bens materiais para a subsistência da sociedade sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias-primas que deles são extraídas.

Diante dessa situação é possível identificar pelo menos três perspectivas de debates acerca dos possíveis encaminhamentos para o enfrentamento da crise socioambiental. Duas das perspectivas atrelam-se ao discurso dos ambientalistas e às discussões sobre o chamado “desenvolvimento sustentável”. A terceira vincula-se aos elementos de contradições existentes nas relações sociais do modo de produção capitalista, destacando uma visão mais abrangente, e ao mesmo tempo, profunda sobre a questão (FOLADORI, 2008).

A primeira perspectiva trata-se da “concepção consumista da crise ambiental”. Baseia-se na idéia de que a educação e o convencimento pessoal são a chave para modificar as pautas de comportamento e de consumo impostos pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Argumenta-se que a crise socioambiental se fundamenta no comportamento consumista que esgota os recursos naturais e produz resíduos. Nesse caso seria necessária de forma emergente a redução do consumo, principalmente dos países ricos. No entanto, essa solução se inviabiliza frente às forças econômicas do capital que determinam o que, onde e com que tecnologia e custo socioambiental, deverá se estabelecer a produção, diante das quais a ação individual ambientalmente consciente se mostra insignificante.

A segunda perspectiva trata-se da “concepção técnica da crise ambiental” em que a tecnologia é vista como problema e solução ao mesmo tempo. Nessa concepção a tecnologia é vista como a grande culpada pela degradação ambiental quando se trata das tecnologias poluentes, mas ao mesmo tempo, ela é considerada uma solução quando se fala das tecnologias limpas ou não poluentes ou soluções para a sustentabilidade social como o aumento da produtividade do trabalho e o barateamento das mercadorias.

Entretanto, essa concepção técnica se esbarra nos interesses privados de investidores capitalistas e nas pressões do mercado, que orientam processos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para atender prioritariamente às necessidades das classes dominantes e países mais ricos, no que concerne à reprodução e acumulação do capital.

Em ambas as perspectivas percebem-se fragilidades no enfrentamento das forças econômicas que estão no bojo do sistema capitalista, apesar delas compartilharem entre si as preocupações de erradicação da pobreza (FOLADORI, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A terceira perspectiva trata-se de uma interpretação menos acolhida dentro do debate sobre a crise socioambiental. É uma concepção classista que aponta as relações sociais de produção capitalistas como responsáveis pela degradação da sociedade e de seu meio ambiente gerando conflitos de diversas ordens, dimensões e escalas (FOLADORI, 2008).

Tal abordagem teórica, apesar de menos aceita, vem se consolidando nas ciências sociais e tem orientado várias discussões sobre conflitos socioambientais se utilizando da abordagem interdisciplinar e politizadora da ecologia política¹ (BENTON, 1996).

Essa abordagem ancorada na ecologia política e que dá um caráter classista às questões da crise socioambiental e de seus conflitos sociais apresenta alguns pressupostos teórico-metodológicos entre eles: a) o diálogo profundo entre as

¹ A ecologia política é um novo campo de pesquisa que emergiu nos últimos 20 anos devido à necessidade de se compreender a realidade socioambiental combinando conceitos de ecologia humana e economia política. Nesse sentido, a ecologia política é um campo de estudo que combina a ecologia humana com a economia política buscando analisar as inter-relações que sociedades humanas estabelecem com seus respectivos ambientes biofísicos e com suas relações estruturais de poder. Para tanto, a ecologia política estabelece um diálogo entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço interdisciplinar dentro das ciências naturais e sociais (BENTON, 1996; LITTLE, 2006).

ciências naturais e as ciências sociais, focalizando o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social; b) a consideração que as causas de um determinado fenômeno podem proceder tanto do mundo social quanto do mundo natural; c) o enfoque nas análises das relações que se expressam mediante múltiplas esferas de interação, cada uma das quais com suas próprias regras e normas de funcionamento; d) e a adoção de princípios metodológicos de pesquisa que contemplem uma macro-análise para contextualizar os conflitos dentro de um marco maior, relacionando-os, por exemplo, ao sistema político-econômico capitalista, às ideologias reinantes como o neoliberalismo, as situações de neocolonialismo político-cultural, etc. (LITTLE, 2001).

A ecologia política através da interdisciplinaridade ajuda a analisar modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais² e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação e apropriação da natureza (LITTLE, 2006).

A emergência dessa nova abordagem ecológica representa além da ampliação dos estudos ecológicos, a necessidade de se dar novas respostas para novas realidades políticas e ambientais que as sociedades enfrentam atualmente, como por exemplo, o acelerado processo de globalização e a crescente crise socioambiental mundial que acontecem no âmbito da expansão do sistema capitalista, sob a bandeira da ideologia neoliberal (LITTLE, 2006; FOLADORI, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Muitos autores, apesar de não serem “ecologistas políticos” se destacam ao tratar a crise socioambiental dentro da perspectiva da ecologia política. Dentre eles tem-se: Benton (1996); Furtado (2000); Leff (2000); Little (2001); Foladori (2001); Chesnais e Serfati (2003); Porto-Gonçalves (2006); e Sachs (2007), que buscam nas suas análises trazer à tona os impactos oriundos da vinculação ecossistêmica dos sistemas produtivos com a natureza, detalhando os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise sociambiental.

É nessa perspectiva de estudo e reflexão que este trabalho procurará trilhar seus esforços na compreensão da temática dos conflitos socioambientais aproximando a questão ambiental das ciências sociais, e fazendo emergir algumas

² Ao analisar os modos culturais de adaptação ecológica de diferentes grupos sociais a ecologia política analisa seus sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem.

linhas de pensamento que analisam relações sociais contraditórias como fatores que determinam e definem diferentes modos de uso e apropriação da natureza.

Entende-se o conflito socioambiental como um conflito social relacionado ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas (ACSELRAD, 1995).

Essa ótica considera também a gestão do meio ambiente como um campo de conflitos e como resultado da participação de atores sociais, que constroem sujeitos coletivos e projetos comunitários mediante constante composição, oposição e negociação entre interesses privados e públicos em torno da apropriação dos bens naturais.

É importante salientar que na atual visão dominante, o meio ambiente ainda é considerado um ente material e externo às relações sociais, cujo debate é fortemente marcado pela perspectiva economicista. Porém, ao contrário do que sugere essa abordagem, a questão ambiental é envolvida por conflitos sociais entre sujeitos que sustentam projetos diferentes de sociedade com posições assimétricas de poder.

É mediante esses conflitos que as contradições da utilização do espaço envolvendo atividades e formas sociais de uso e apropriação dos recursos territorializados se expressam. Esta discussão se torna relevante diante dos atuais esforços de inserção das economias nacionais no cenário mundial, uma vez que a fronteira de expansão da produção de *commodities* se choca com a territorialidade de distintos segmentos sociais locais (ACSELRAD, 1992; THEODORO, 2005; GESTA, 2008).

O projeto desenvolvimentista do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco, é um exemplo relevante desta temática que surge na história do país entre as mais claras evidências da posição que considera o meio ambiente como simples externalidade do cálculo econômico.

A partir desse tema é possível demonstrar a influência dos valores econômicos sobre os conflitos socioambientais em torno do uso e apropriação dos recursos naturais.

O projeto do CIPS nasceu no período do chamado "milagre brasileiro", no início dos anos 1970, com a idéia de dotar Pernambuco e o Nordeste de um porto de águas profundas. O projeto foi considerado uma “mola indispensável” de infra-

estrutura capaz de proporcionar grandes saltos econômicos. No entanto, a concepção do projeto, com base economicista, não considerou o fato que o local para o projeto estava povoado de pessoas, contendo rios, praias, manguezais, matas e uma paisagem belíssima (RIBEIRO, 2008).

Atualmente o CIPS encontra-se em franca expansão devido a grandes investimentos públicos e privados estabelecidos em seu território que vem afetando a dinâmica socioeconômica e espacial dos municípios localizados em sua área de influência direta e indireta.

Essa dinâmica tem afetado diretamente comunidades localizadas em seu território, a maioria formada de populações tradicionais de pescadores e agricultores que vivem em constante ameaça de perda da terra e da identidade cultural (BARROS, 2009).

Diante dessa conjuntura, este trabalho pretende responder de forma peculiar as seguintes perguntas: Quais os conflitos socioambientais existentes no território do Complexo Industrial Portuário de Suape? Quais os atores envolvidos e as formas de participação social nesses conflitos?

A análise parte do pressuposto que o uso e apropriação privada da terra e dos recursos naturais interferem nas condições de trabalho e na qualidade de vida de comunidades nativas que desenvolvem relações metabólicas com a natureza, provocando restrições de direitos e o aparecimento de conflitos socioambientais.

Diante desse pressuposto o trabalho se fundamentou teoricamente no conceito de Produção do Espaço desenvolvido por Lefebvre (1991) para contextualizar de forma macro o processo de origem e desenvolvimento dos conflitos socioambientais. Também o trabalho se fundamentou nas abordagens teóricas de Acselrad, Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) e Tarrow (2009) para discutir a participação social nesses conflitos.

A metodologia utilizada no contexto geral da pesquisa foi a Triangulação de Métodos de Minayo (2005), que em sua estrutura finalística estabeleceu como objetivos a caracterização do CIPS nos aspectos geográfico, histórico e sócio-econômico; o mapeamento dos conflitos socioambientais existentes com identificação dos atores envolvidos; e a identificação das formas de participação social nos conflitos socioambientais existentes.

De um modo geral este trabalho pretende enriquecer a discussão temática acerca dos conflitos socioambientais, uma vez que sua discussão teórica e empírica

contribui para o avanço do conhecimento sobre processos específicos de produção social do espaço e sobre as contradições sociais inerentes do modelo de desenvolvimento hegemônico adotado pela sociedade.

Tudo isso encontra sua relevância quando se pensa na formulação de políticas públicas de desenvolvimento e de gestão ambiental. Tais políticas deveriam ser direcionadas a sociedade e formas de convivência que consideram, em suas concepções, a participação democrática e a justiça ambiental³ nos processos de apropriação da natureza e produção do espaço.

Este estudo se desenvolveu dentro de um contexto macro de pesquisa – O Projeto “Do Rural ao Urbano: A Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco” apoiado pelo CNPq (Processo: Nº 503091/2007-3/Edital MCT/CNPq nº 1/2007); projeto este que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPP/UFPE da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE (PRODEMA/UFPE) e a Rede de Defesa Ambiental, uma organização não governamental que atua nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

³ O conceito de justiça ambiental refere-se à carga, risco ou dano ambiental que um determinado seguimento social pode suportar, sem que seja comprometida sua existência e sua capacidade de reprodução material, social e cultural. Este conceito pressupõe o usufruto igualitário dos bens da natureza, sem distinção de classe social, econômica e étnica (ACSELRAD, 2004; NUNES, 2010).

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1 Objetivos e método

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais no território do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), identificando os atores envolvidos e as formas de participação social nesses conflitos, partindo do pressuposto que o uso e apropriação privada da terra e dos recursos naturais interferem nas condições de trabalho e na qualidade de vida de comunidades nativas que desenvolvem relações metabólicas com a natureza, provocando restrições de direitos e o aparecimento de conflitos socioambientais.

Para realização dessa análise geral, a pesquisa teve como objetivos específicos: a) caracterizar o CIPS nos aspectos geográfico, histórico e sócio-econômico; b) mapear os conflitos socioambientais existentes com identificação dos atores envolvidos; e c) identificar as formas de participação social nos conflitos socioambientais existentes.

A metodologia da pesquisa, dentro de um enfoque dialético, se estruturou na Triangulação de Métodos estabelecendo abordagens qualitativas com enfoque interdisciplinar na análise e discussão dos resultados.

A triangulação é um termo utilizado nas abordagens qualitativas indicando o uso simultâneo de várias técnicas de abordagens, várias modalidades de análise, vários informantes e pontos de vista de observação, visando verificação e validação da pesquisa (MINAYO, 1994).

Jick (1979) *apud* Minayo *et al.* (2005), encontra um valor universal na Triangulação de Métodos ao constatar que cada método por si só não possui elementos mínimos para dar respostas às questões levantadas por uma investigação específica. Nesse sentido, a triangulação metodológica serve como instrumento de iluminação da realidade sob vários ângulos mostrando assim, que essa prática propicia maior clareza teórica permitindo aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva (DENZIN, 1979 *apud* MINAYO *et al.* 2005). A triangulação “permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto” (MINAYO *et al.* 2005, p. 31).

1.2 Plano de trabalho: fases e cronograma

Quanto ao planejamento da pesquisa, o trabalho foi desenvolvido em três fases: 1) Fase exploratória tendo como principal resultado a produção do marco teórico; 2) Fase de trabalho de campo tendo como principal resultado o levantamento dos conflitos socioambientais; e 3) Fase de análise do material cujos principais produtos foram o mapeamento e a análise dos conflitos socioambientais existentes e suas formas de participação social. Essas fases foram desenvolvidas em 12 meses conforme cronograma apresentado na Figura 01.

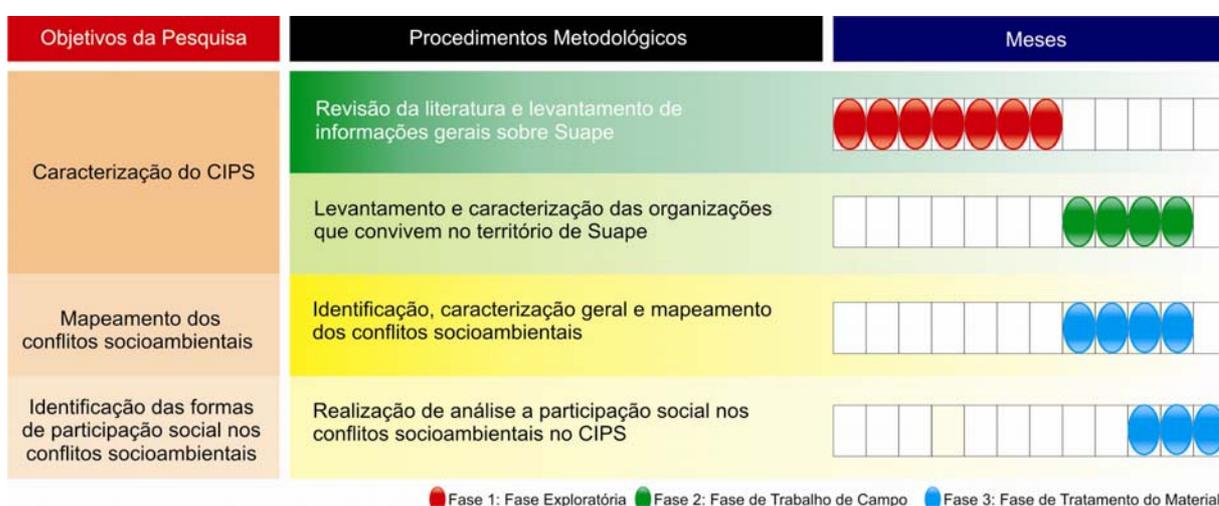


Figura 01: Fases e cronograma da pesquisa.

1.3 Procedimentos metodológicos

Com base nos objetivos da pesquisa foi desenvolvido um conjunto de procedimentos metodológicos descritos a seguir:

1. Revisão da literatura e levantamento de informações gerais sobre os aspectos geográficos, territoriais, históricos e sócio-econômicos de Suape. Para este procedimento metodológico foi utilizado o estudo documental e o estudo bibliográfico. O principal resultado desse procedimento foi a elaboração do referencial teórico e uma caracterização geral sobre a história da conversão do uso da terra em Suape.

2. Levantamento e caracterização das organizações que convivem no território de Suape mediante visita de campo com levantamento de informações *in loco* e

sondagem inicial da existência de conflitos socioambientais a partir das organizações comunitárias.

Nesta etapa de trabalho se obteve da empresa Suape uma relação de 28 organizações comunitárias de comunidades localizadas no CIPS (Ver anexo). A partir desta lista se programou uma agenda de visitas às comunidades e de entrevistas às lideranças comunitárias, objetivando o levantamento de informações para identificação e mapeamento dos conflitos socioambientais existentes.

Dois instrumentos foram elaborados e utilizados para coleta de informações, a saber: a) Quadro de levantamento e registro de informações comunitárias que permitiu o registro de informações relativas à localização geográfica georeferenciada das comunidades e suas condições socioambientais, bem como o registro das entrevistas realizadas; b) Roteiro de entrevista semi-estruturada (ver Apêndice).

Apesar de existirem 28 organizações comunitárias, constatou-se apenas a existência de 27 comunidades, tendo em vista que uma das entidades relacionada no cadastro de Suape tinha uma representatividade que se difundia em três localidades distintas. Assim, ao todo foram visitadas 27 comunidades e realizadas 28 entrevistas que foram gravadas com as devidas permissões dos entrevistados. As visitas foram também momentos oportunos para fotografar aspectos relacionados ao modo de vida dos moradores, bem como os aspectos ambientais das localidades. Também se aproveitou o momento para coletar dados de localização geográfica mediante utilização de aparelho GPS (*Global Positioning System*) (Figura 02).



Figura 02: Fotografias de visitas às comunidades localizadas no CIPS. Foto A: Visita à Comunidade do Engenho Massangana no dia 12.11.2009 (coleta de ponto de GPS acompanhada por líder comunitário). Foto B: Visita à comunidade da Ilha de Tatuoca no dia 22.11.2000 (entrevista com líder comunitário). Fotógrafo: André Paulo de Barros.

As visitas permitiram a identificação preliminar dos conflitos socioambientais existentes nas comunidades e do perfil das lideranças comunitárias entrevistadas, que subsidiaram análises posteriores desenvolvidas no trabalho de pesquisa. As tabelas 01, 02 e 03 apresentam o quantitativo de homens e mulheres entrevistados relacionados à faixa etária, ocupação e nível de escolaridade.

Tabela 01: Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação à faixa etária.

	Gênero	Faixa Etária		
		Abaixo de 18 anos.	Entre 18 e 65 anos.	Acima de 65 anos.
Mulheres	06	---	06	---
Homens	22	---	17	05
Total	28		23	05

Tabela 02: Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação à ocupação.

Ocupação dos entrevistados	Gênero		Total
	Mulheres	Homens	
Agricultor ativo	01	12	13
Agricultor aposentado	---	02	02
Funcionário Público	---	03	03
Assalariado setor privado	---	01	01
Aposentado ou pensionista	02	03	05
Desempregado	01	---	01
Autônomo	02	01	03
Total	06	22	28

Tabela 03: Quantitativo de homens e mulheres entrevistados com relação ao nível de escolaridade.

Escolaridade dos entrevistados	Gênero		Total
	Mulheres	Homens	
Analfabeto	---	---	---
Ensino Fundamental Incompleto	01	12	13
Ensino Fundamental Completo	---	02	02
Ensino Médio Incompleto	01	---	01
Ensino Médio Completo	04	08	12
Ensino Superior	---	---	---
Total	06	22	28

O perfil dos entrevistados revela que a maioria das lideranças comunitárias são homens dentro da faixa etária de 18 a 65 anos (população economicamente ativa), com ocupação predominante de agricultores e com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto).

3. Identificação, caracterização geral e mapeamento dos conflitos socioambientais mediante critérios pré-estabelecidos.

Para identificação e caracterização geral dos conflitos socioambientais se utilizou critérios atrelados ao próprio conceito de conflito socioambiental adotado por este trabalho, ou seja, a definição de que o conflito socioambiental é um conflito social entre atores sociais concretos envolvendo relações de poder inerentes do modo de apropriação e uso de elementos da natureza, nos quais os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão ambiental para suas lutas (ACSELRAD, 1995).

Com base nesse conceito, dois critérios básicos foram elencados para delimitar o objetivo de estudo (o conflito socioambiental) diferenciando-o dos demais conflitos sociais encontrados na realidade estudada. Esses critérios serviram não só de filtros para seleção dos conflitos socioambientais a serem identificados e analisados, mas como elementos irrestritos para delimitar e definir o que realmente é um conflito socioambiental dentro da perspectiva teórica deste trabalho.

O primeiro critério para identificação do conflito socioambiental foi uma identificação de conflitos sociais que envolvessem relações de poder constitutivas do modo de apropriação e uso de elementos da natureza. Essas relações de poder inscritas dentro do processo de diferenciação social, política e econômica do Estado e da sociedade capitalista vêem a natureza como um objeto a ser apropriado diferencialmente, caracterizando muitas vezes, conflitos de várias ordens quanto à produção e uso do espaço entre diferentes atores em posições assimétricas de poder.

O segundo critério para identificação do conflito socioambiental é uma derivação do primeiro e procura constatar a construção de uma dimensão “ambiental” para a luta por parte dos atores envolvidos. Essa dimensão ao ser construída por pelo menos um dos atores envolvidos no conflito social, já o caracteriza como socioambiental.

Delimitando um determinado conflito social como socioambiental segundo os referidos critérios, segue-se a sua caracterização em tipologias de análise empírica. Para tanto, utilizou-se categorias analíticas apresentadas por Little (2003) e Kakabadse (2002) *apud* Theodoro *et al.* (2005).

Segundo Little (2003) a análise de um conflito socioambiental específico deve começar com a identificação do foco central do conflito (objeto de confronto): O que realmente está em jogo? Qual o elemento da natureza que está em disputa? Para

esse autor existem três tipos de conflitos socioambientais: 1) Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais, sobre o uso da terra de uma forma ampla, etc.; 2) Conflitos em torno dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas, etc.; 3) Conflitos em torno de valores e modo de vida que envolvem o uso da natureza, cujo núcleo central reside no choque de valores ou ideologias. Obviamente, dada a complexidade de determinados problemas socioambientais, a realidade do conflito poderá comportar ao mesmo tempo essas três categorias, porém uma será predominante dentro da discussão em torno do elemento central de disputa.

Little (2003) ainda destaca que a identificação e a análise dos atores sociais também são elementos fundamentais para o estudo dos conflitos socioambientais. Nesse sentido o levantamento das interações entre cada um dos atores sociais é um ponto importante reconhecendo as intenções e posições desses atores, bem como a identificação de atores intervenientes (apoiadores e mediadores) e as formas de participação social no conflito.

Outro aspecto analítico do conflito socioambiental é a sua natureza dinâmica de realização, que segundo Kakabadse (2002) *apud* Theodoro *et al.* (2005), pode vacilar durante anos entre um estágio latente (potencial) e um estágio manifesto. Nesse sentido poderá haver momentos em que um conflito fique muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” ou manifestar-se novamente.

Com base nessas categorias empíricas foram elaborados instrumentos para sistematização e análise dos conflitos socioambientais identificados nesta pesquisa: a) Matriz de “Mapeamento” dos conflitos socioambientais; e b) Quadro de Análise, conforme demonstrados a seguir nos quadros 01 e 02. Esses instrumentos permitiram posteriormente a elaboração de um mapa dos conflitos socioambientais existentes no CIPS.

É importante salientar que a conotação cartográfica para o tema “mapeamento de conflitos” não é a ideal, tendo em vista ser o fenômeno dos conflitos socioambientais um elemento que transcende o espaço. No entanto, se pretendeu com o “mapeamento” acentuar um caráter político à questão, fazendo

uma leitura política seletiva em função da problematização que se privilegiou, dando visibilidade a processos que não estavam visíveis (IBASE, 1995).

O mapa produzido demonstra a localização das comunidades estudadas dentro do espaço do CIPS, que está subdividido em zonas de uso e ocupação do solo definidas em seu Plano Diretor. Estão também elencados os conflitos socioambientais identificados com suas respectivas naturezas de manifestação.

Com base no IBASE (1995), o mapeamento procurou problematizar a questão dos conflitos socioambientais a partir do ponto de vista que não é o ponto de vista do Estado, nem o ponto de vista do meio físico. O objetivo foi identificar o sujeito da definição desse problema, fora da ótica do Estado e da ótica que toma como referência o meio físico, os recursos em extinção, e a finitude do planeta, etc. Pelo contrário, procurou-se o ponto de vista dos movimentos e sujeitos políticos que constroem uma problemática ambiental de luta.

Nº	Conflito	Atores diretos	Intervenientes	Mediadores	Espaço geográfico em "jogo" no conflito"	Coordenadas geográficas (ponto central)	O conflito envolve elementos da natureza?		Se sim: Quais?	Os atores criaram alguma "dimensão ambiental" para suas lutas?		Conflito Socioambiental?		Se não: que tipo de conflito?	Tipo de participação social no conflito		Observações
							Sim	Não		Sim	Não	Sim	Não		Cooperação	Movimento Social	
Número de registro do conflito social identificado.	Denominação do conflito social identificados.	Atores sociais envolvidos diretamente no conflito social.	Atores sociais que não participam diretamente do conflitos, mas que indiretamente intervem apoiando os atores diretos nas suas posições.	Atores sociais não entram no mérito da questão, mas dão sugestões, apontam erros e mostram com quem está a razão com base em marcos legais.	Descrição do espaço ou localidade onde se insere o elemento central de disputa.	Coordenada geográfica obtida através de GPS do espaço ou localidade onde se insere o elemento central de disputa.			Descrição dos elementos da natureza em disputa.					Denominação do conflito social caso ele não seja socioambiental.	Descrição do processo de cooperação caso exista essa forma de participação.	Descrição do processo de movimento social caso exista essa forma de participação.	

Quadro 01: Matriz de "mapeamento" dos conflitos socioambientais. Elaborado pela Autora.

Conflitos Socioambientais	Objeto de confronto	Atores	Posicionamento	Apoiadores	Mediadores	Forma de Participação
Nomeação do conflito socioambiental identificado.	Nomeação do objeto central de confronto (elemento da natureza)	Atores envolvidos diretamente no conflito.	Posições defendidas por cada ator social quanto à disputa recorrente.	Nomeação dos atores indiretos que influenciam ou apoiam os atores envolvidos diretamente na disputa	Atores sociais não entram no mérito da questão, mas dão sugestões, apontam erros e mostram com quem está a razão com base em marcos legais.	Forma de participação social na mediação ou resolução do conflito ou dos problemas socioambientais levantados

Quadro 02: Quadro de Análise dos Conflitos Socioambientais identificados. Elaborado pela Autora.

4. Realização de análise a participação social nos conflitos socioambientais no CIPS à luz das informações levantadas anteriormente no desenvolvimento da pesquisa.

Esta etapa de trabalho caracterizou-se pela discussão da realidade encontrada na pesquisa à luz do referencial teórico construído. Partiu-se de uma interpretação dos principais fatores sociais, econômicos e ambientais que vêm influenciando políticas, a produção do espaço e o surgimento dos conflitos socioambientais na área delimitada para estudo. Foi realizada uma síntese entre o que foi levantado do referencial teórico e o que observado no referencial empírico.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEUS REBATIMENTOS NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A emergente questão dos conflitos socioambientais parte da consideração histórica e geograficamente observável de que o conflito socioambiental é parte integrante das relações sociais e de poder envolvendo a luta entre interesses privados e interesses públicos em torno de aspectos relacionados à apropriação da natureza (ACSELRAD, 1992; RAMOS, 2003).

Essa luta de interesse traz em si as diversas contradições do modo de produção capitalista e da crise socioambiental que dele emerge. Nesse sentido, o conflito socioambiental é visto não só como um fato social em sua objetividade, mas também, como um “fato-sendo-feito” e, portanto, aberto às circunstâncias do lugar (espaço) e do tempo em que ocorre (BARROS, 2009; RAMOS, 2003).

Diante desses aspectos a compreensão da geograficidade dos conflitos socioambientais é algo importante tendo em vista ser o espaço geográfico um elemento significativo nas relações conflituosas de apropriação da natureza. Com base nessa afirmação, o estudo dos conflitos socioambientais pode ter como embasamento a compreensão dos processos sociais de produção do espaço.

2.1 Espaço e seus elementos constitutivos

O ser humano ao longo da história tem transformado a natureza para produzir um ambiente propício à satisfação de suas necessidades. Foi dessa transformação que surgiu o espaço geográfico como produto de relações sociais que transformam a natureza em espaços para as atividades humanas.

Segundo Santos (2006, p. 39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ao longo da história, esse espaço vem se transformando de uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, para uma natureza artificial que funciona como máquina e que é formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, até cibernéticos. Assim, o espaço é constantemente marcado pelo acréscimo de objetos técnicos (hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos,

rodovias, estradas de ferro, cidades) que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Atualmente, o espaço nesta perspectiva é visto como um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente inseridos de artificialidade e cada vez mais propensos a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Esses sistemas que compõem o espaço são interdependentes e interativos. Os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, por sua vez, o sistema de ações cria objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, o que leva o espaço a encontrar a sua dinâmica e sua transformação (SANTOS, 2006).

Fazendo uma alusão a Marx, Santos (2006), observa uma ligação estreita entre os elementos que constituem o espaço e os elementos que constituem o modo de produção das sociedades. Existe uma relação entre o sistema de objetos do espaço com as forças produtivas do modo de produção, assim como, há uma relação intrínseca entre o sistema de ações e as relações de produção (figura 04). Assim, a partir da definição do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações, Santos (2006) levanta uma importante contribuição para o reconhecimento do conceito de produção do espaço.

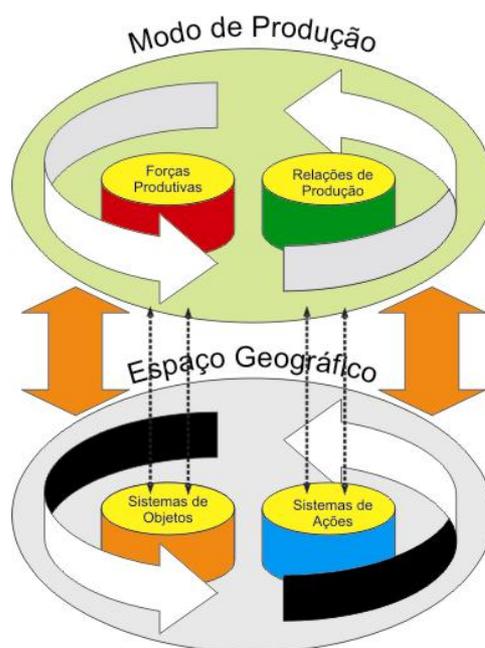


Figura 04: Relação dialética entre espaço geográfico e modo de produção. Esquema elaborado pela Autora.

2.2 A produção social do espaço: conflitos e contradições

O espaço se constitui em uma produção humana, onde seu processo de criação e transformação é determinado pelo modo como os seres humanos produzem sua existência, ou seja, o espaço é um produto do modo de produção vigente na sociedade. No entanto, como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, na medida em que determina o espaço a ser produzido é ao mesmo tempo determinado por ele (ROSSINI, 2009).

A expressão “produção do espaço” aqui empregada visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção, onde o espaço é o lugar em que essas relações sociais se localizam e se reproduzem com todas as suas manifestações de conflitos e contradições.

Nesse aspecto o espaço expõe no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geram também as condições de reprodução das relações sociais. Sendo assim, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. Em outras palavras, o espaço consiste em um “efeito” que se transforma em “causa”, ou, um resultado que se transforma em processo (LEFEBVRE, 1991; GODOY, 2004).

Sobre a “produção do espaço” Henri Lefebvre é um importante referencial. Em sua obra *The Production of Space* (A Produção do Espaço) traduzida e publicada para o inglês pela primeira vez em 1991, Lefebvre busca conciliar o “espaço mental” (o espaço dos filósofos) e o “espaço real” (o espaço físico e social), a partir de considerações metafísicas e ideológicas do significado do espaço para a sua experiência no cotidiano da casa e da cidade.

Para Lefebvre (1991b) o espaço é um produto social, ao mesmo tempo em que é um meio de produção da sociedade. Ele possui ao mesmo tempo elementos abstratos e concretos. Além desses elementos, o espaço é também instrumental, pois ao ser um meio de produção, o espaço é também um meio de controle, e, portanto, um instrumento de dominação e de poder.

Lefebvre aponta três momentos no processo de produção do espaço: as práticas espaciais (espaço percebido); as representações do espaço (espaço concebido); e os espaços de representação (espaço vivido).

As práticas espaciais (espaço percebido) tratam-se de práticas espaciais materiais, uma vez que incorporam os fluxos físicos de materiais e de energias, com transferências e interações que ocorrem dentro e através do espaço para assegurar a produção e a reprodução social. Nesse aspecto as práticas espaciais congregam uma associação estreita entre a realidade diária (rotina diária) e a realidade urbana (as rotas e redes que ligam lugares reservados para trabalho, vida privada e lazer). Elas se estabelecem entre os interesses particulares e coletivos a partir das relações sociais (HARVEY, 2006; LEFEBVRE, 1991b; SILVA, 2007).

As representações do espaço (espaço concebido) constituem o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais, um espaço que tende a ser verbalizado. Esse espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzida no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Oriundo de um saber técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. É nessa estrutura de produção do espaço que o poder público e a iniciativa privada exercem seu poder e controle na transformação do ambiente (LEFEBVRE, 1991b, SOUZA, 2009; SILVA, 2007)

O espaço de representações é aquele que é "diretamente vivido através de suas imagens e símbolos associados [...], o espaço que a imaginação procura mudar e apropriar" ⁴ (LEFEBVRE, 1991b, p. 39). Esse espaço vivido tende a ser não verbalizado e denota as diferenças em relação ao modo de vida programado.

O espaço vivido configura-se como a expressão mais concreta do espaço social e vice e versa, quando entendido pela soberania do ser humano sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade. É nesse espaço de representação (no dia-a-dia) onde indivíduos e comunidades que tiveram seus direitos socioambientais ameaçados, resistem e exercem sua cidadania, lutando pela garantia e ampliação desses direitos, mediante diversas formas de participação social (SOUZA, 2009, SILVA, 2007).

Alguns autores procuram trabalhar com a "tríade espacial lefebvriana" através de uma transposição direta, o que tem trazido alguns problemas já que Lefebvre, habituado à utilização do método dialético, separava os três termos apenas no momento da análise (FERREIRA, 2007).

⁴ Tradução livre do trecho original: "space as directly *lived* through its associated images and symbols [...] space which the imagination seeks to change and appropriate" (LEFEBVRE, 1991b, p.39).

É importante salientar que quando Lefebvre decodifica espaço em prática espacial (espaço percebido), representações de espaço (espaço concebido) e espaço de representações (espaço vivido), sua intenção não é a de criar uma categorização fragmentadora do todo espacial, mas sim, procurar entender as relações entre multiplicidades de espaços que integram o espaço social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, que não podem ser consideradas de forma isolada, entretanto, numa relação dialética que está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço. Nesse sentido, práticas espaciais, representações do espaço e espaço de representações realizam-se simultaneamente, confundindo-se, sobrepondo-se (FERREIRA, 2007; COSTA, 2007).

As relações dialéticas entre estes "três momentos do espaço" são vistas por Lefebvre como elementos de análise pelos quais a história das práticas espaciais pode ser lida, servindo assim de base para construção de uma teoria sobre o espaço social ou produção social do espaço (HARVEY, 2006; COSTA, 2007).

Na medida em que o espaço envolve as contradições da realidade ele é visto como um produto social. "Diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais" (SOUZA, 2009, p. 3).

Dentro dessa perspectiva Lefebvre aponta duas categorias analíticas importantes para o entendimento das contradições e conflitos inerentes ao processo social de produção do espaço: espaço abstrato e espaço social.

O espaço abstrato se produz a partir da exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado. Ele é fragmentado, homogêneo e hierárquico. Sendo espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade. Assim, são espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens (LEFEBVRE, 1991b; FERREIRA, 2007; SOUZA, 2009).

Com respeito ao espaço social, trata-se do espaço dos "valores de uso" produzidos pela complexa interação de todos os agentes sociais no cotidiano. Nesse sentido, a tensão entre "valor de uso" e "valor de troca" produz o espaço social de usos, ao mesmo tempo em que produz um espaço abstrato de expropriação. Esse espaço envolve as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos (LEFEBVRE, 1991b; FERREIRA, 2007).

Nesse espaço social produzido, a cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo o que Lefebvre (1991a) denomina de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Na verdade essa “sociedade burocrática de consumo dirigido” vivencia na sua cotidianidade um conflito entre interesses concebidos em torno do espaço social (local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações sociais no espaço) e em torno do espaço abstrato (enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário, industrial e administração governamental) (FERREIRA, 2007).

Segundo Ferreira (2007) “a tensão entre espaço abstrato e espaço social [valor de troca e valor de uso] tem produzido efeitos de fragmentação, criando guetos hierarquizados representando com sua espacialidade a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados”.

Essa tensão se desenvolve no espaço: em espaços dominados e espaços apropriados. As lutas que se dão em torno deste conflito entre espaço abstrato (dominado) e espaço social (apropriado) contribuem para o processo mais amplo de transformação e reprodução da sociedade.

Nesse sentido, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um “espaço diferencial”, que se opõe ao homogêneo (espaço abstrato) e contempla o uso (espaço social). Assim, a análise dialética do espaço possibilita a reflexão sobre as contradições presentes no espaço-mercadoria, uma abstração que se concebe mundialmente a partir do consumo do espaço (LEFEBVRE, 1991b; COSTA, 2007; SOUZA, 2009).

2.3 A produção do espaço e conflitos socioambientais

A partir das considerações teóricas sobre a produção do espaço, especialmente sobre a relação dialética entre espaço abstrato e espaço social, torna-se possível traçar algumas considerações sobre seu rebatimento nos conflitos socioambientais.

Segundo Acselrad (1992) todo problema ambiental resulta de um conflito social entre interesses privados e bens coletivos que se desenrolam na tensão entre os múltiplos usos dos recursos naturais num dado território ou espaço.

Mesmo sabendo que os elementos que constituem o meio ambiente não são passíveis de apropriação privada, como é o caso do ar e a água, indivíduos mediados por relações territorializadas de poder podem alterar a qualidade desses recursos naturais pelo uso impróprio privando o acesso de grupos humanos de usufruírem desses bens com qualidade gerando assim conflitos sociais.

Diante dos elementos da natureza, o único que se tornou passível de apropriação privada foi a terra. Com o advento do capitalismo, no século XVIII, na Inglaterra, o processo de cerco das terras proporcionou a exploração e expulsão dos camponeses de seus domínios transformando-os em proletariados assalariáveis nas cidades.

Com a sociedade transformada em proletariado, as condições de existência foram radicalmente alteradas, onde para garantir sua sobrevivência e reprodução, as pessoas passaram a depender de suas possibilidades de venda do seu trabalho. Como exemplo disso, os ex-camponeses não podendo mais se beneficiar com a fecundidade do solo por conta própria, tornaram-se dependentes da oferta de emprego promovidos pelos empresários e comerciantes.

O desenvolvimento do capitalismo marcado pelo processo de concentração de poder e renda, tanto no perfil que assume como nos resultados sócio-econômicos, configura-se na sua essência como um processo desigual de desenvolvimento nos aspectos econômicos, sociais, políticos e espaciais desprivilegiando os pequenos modos de produção que aos poucos vão se subordinando ao modo de produção dominante – o capitalista (ROSSINI, 2009).

Nesse sentido, os pequenos produtores rurais familiares vão se configurando como um dos grupos mais vulneráveis diante desse processo de dominação do Capital sobre a terra e sobre o campo, especialmente em contextos políticos de Estado Desenvolvimentista que expropria centenas de camponeses de suas terras objetivando a construção de grandes empreendimentos homogeneizadores do espaço, como hidroelétricas, complexos industriais, monoculturas, etc., que privilegiam a reprodução e acumulação do capital (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; ROSSINI, 2009).

O capital ao se apropriar da terra, ele a transforma em “terra de negócio”, passando a explorar o trabalho alheio. Todavia, quando o trabalhador se apropria da terra, ela se transforma em terra de trabalho. Nessa dualidade, entre “terra de

negócio” e “terra de trabalho”⁵, os conflitos de terra podem emergir (ROSSINI, 2009).

Assim, a sociedade capitalista, regulada pelo mercado, transforma a terra em mercadoria, passando ela a ser subordinada às leis do mercado, onde o processo de regeneração do solo passou a ser comandado pelas expectativas de lucro que o mercado poderia oferecer na compra, venda e o uso da propriedade fundiária.

Até hoje, a propriedade privada da terra e o valor de troca que lhe é atribuído continuam afetando o bem-estar coletivo, “seja pela interligação que estabelece pelos recursos hídricos, seja pela fertilidade que encerra, e da qual dependem as gerações futuras de proprietários e não-proprietários de terra, seja pelo uso que é feito dos recursos bióticos vegetais e animais que contém” (ACSELRAD, 1992, p.22).

Nessa perspectiva é possível notar que os conflitos socioambientais estão relacionados à apropriação privada do espaço e dos seus elementos constitutivos (sistemas de objetos e sistemas de ações), dentro das relações dialéticas entre espaço abstrato e espaço social de onde emergem os “espaços diferenciais” que resistem à ordem abstrata de produção do espaço, tentando resgatar acima do “valor de troca” (terra de negócio), o “valor de uso” (terra de trabalho) da natureza (COSTA, 2003).

Em termos sócio-espaciais esse processo se traduz na forma de uma luta (conflito) que procura manter ou resgatar o valor de uso do espaço. Esse processo não pode ser visto separado da luta política e está relacionado à idéia de direitos associados a formas de concretizar a democracia (COSTA, 2007).

Diante do que foi exposto é possível notar que o desenvolvimento de pesquisas idealizadas a partir das contribuições teóricas de Lefebvre sobre a relação entre espaço abstrato e espaço social, aplicadas à análise de conflitos socioambientais, revela-se útil como amplo arcabouço teórico capaz de abarcar as manifestações complexas da formação sócio-espacial inerente do modo de produção capitalista.

⁵ Segundo Rossini (2009) a terra de negócio (terra de exploração) é aquela de que o capital se apropriou para crescer ininterruptamente, para gerar continuamente novos e maiores lucros, que podem advir tanto da exploração do trabalho dos destituídos de terra como dos que nunca tiveram acesso a ela. O lucro permite o enriquecimento de poucos à custa de toda a sociedade. Já a terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para especular e nem para explorar. É a terra em que o valor de uso sobressai sobre o valor de troca.

As teorias de Lefebvre tratam de uma perspectiva de análise sócio-espacial que leva em conta, além dos princípios teóricos da economia política, aspectos importantes relacionados aos estudos do cotidiano, de identidade, de comunidade, etc., que alguns poderiam considerar incompatíveis com o primeiro enfoque (COSTA, 2007).

No entanto, esta é uma forma possível, de se ir de uma formulação teórica para a proposição de estudos empíricos e possíveis práticas de mudança social. Nesse sentido, a compreensão da geograficidade dos conflitos socioambientais é algo importante, pois o espaço geográfico e seu processo dialético de produção são elementos que ajudam na compreensão das relações conflituosas de apropriação da natureza.

Com base nessa explanação, os estudos dos conflitos socioambientais podem ser ancorados na compreensão dos processos sociais de produção do espaço, que possuem fortes rebatimentos no uso da terra e dos seus recursos naturais.

3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

3.1 Abordagens teóricas dos conflitos socioambientais

A humanidade vem estudando os conflitos desde Antiguidade e ao longo da história diversas áreas do conhecimento atreladas às ciências humanas vêm trazendo contribuições para melhorar o entendimento sobre essa temática.

Atualmente, tais estudos tem se dado majoritariamente dentro de dois grandes campos teóricos: o da sociologia e o da economia política, surgindo a partir daí duas escolas de pensamento - a escola de conflito de orientação predominantemente marxista e a escola de consenso, que se orienta a partir das teorias funcionalistas e de sistema (VAYRYNEN, 1991; FERREIRA, 2005; BARBANTI JR., 2006).

No marxismo os conflitos são oriundos e evidenciados em torno das lutas de classes e contradições estruturais nas relações socioeconômicas que colidem entre si provocando mudanças no sistema social. Já no funcionalismo, os conflitos têm suas origens na natureza humana e nas suas relações sociais funcionais sendo resolvidos mediante mudanças adaptativas que buscam manter a ordem, o equilíbrio e o funcionamento dos sistemas sociais.

Enquanto no marxismo a idéia norteadora das discussões sobre as mudanças sociais é a “ruptura da ordem”, no funcionalismo a idéia é a “manutenção da ordem” mediante mudanças adaptativas (BARBANTI JR., 2006).

Segundo Barbanti Jr. (2006), no Brasil a forte influência marxista sobre as análises de conflitos sociais perdurou até a década de 1980, tendo em vista que nesse período ocorreu a queda dos sistemas políticos e econômicos dos países socialistas, contribuindo assim, para a busca de outros marcos teóricos onde os enfoques de consenso começaram a ganhar força dentro das análises de conflitos.

Nesse mesmo período, os enfoques de consenso se encaixaram com as principais preocupações ambientais no Brasil que foram se incorporando aos poucos ao discurso político e empresarial devido aos grandes problemas ambientais e às pressões advindas de movimentos sociais (MOTA, 2001; BARBANTI JR., 2006).

Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD/ECO 92), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, os valores e práticas de consensos voltados para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento – “o desenvolvimento sustentável” – passaram a ser bastante evidenciados na promoção de projetos socioambientais e nos embates conflituosos em torno da temática.

O encontro marcou, em nível mundial e no Brasil, o predomínio da necessidade de se pensar em propostas de desenvolvimento que levassem em conta a compatibilização da relação entre meio ambiente e crescimento econômico e o consenso político e ético entre os diversos segmentos da sociedade (governos, sociedade civil e empresas) ainda dentro de uma economia neoliberal.

A partir dessa perspectiva de “compatibilização”, começou a se desenvolver a idéia de que os conflitos ambientais seriam oriundos do “não-consenso” com os valores e práticas sustentáveis vigentes e “acordados” pela sociedade, devendo ser mediados ou neutralizados.

Apesar dessa visão ser limitada em sua essência, por não considerar a totalidade da questão e por não evidenciar as essências ideológicas por trás dos consensos acordados, ela atualmente se apresenta dominante na construção das políticas e projetos socioambientais do Brasil (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Diante das referidas abordagens (marxista ou funcionalista) pelo menos quatro tendências teóricas têm se desenvolvido no Brasil no que concerne à análise dos conflitos socioambientais (BARBANTI JR., 2006). O quadro 03 apresenta uma síntese dessas tendências para efeito de comparação sumária.

Tendência Teórica	Principal Idéia	Principais Autores
Instrumentalização do tema	O termo “conflito” parece substituir o termo “problema”. O termo que se refere a um “problema ambiental” passa a descrever um “conflito ambiental”.	Theodoro (2002; 2005)
Setorialização dos conflitos sociais	Setoriza o conflito social no escaninho terminológico “ambiental” ou “socioambiental”. Explica a existência do conflito ambiental a partir da construção de uma percepção social. Põe ênfase na dimensão prática de como os conflitos ocorrem no embate entre atores sociais. Os conflitos ambientais são definidos a partir de três componentes básicos: ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais).	Hannigan (1995) Fucks (1997) Pacheco (2000)
Sociologia dos conflitos ambientais	Faz uso da Ciência Política e da Sociologia Política e possuem foco no processo de mobilização social, com ênfase na análise de poder. Propõe a criação de uma disciplina específica para tratar da temática: a Sociologia dos Conflitos Socioambientais.	Alonso e Costa (2000)
Abordagem interdisciplinar e politizadora	Considera que uma única disciplina do conhecimento pode não ser suficiente para se analisar os conflitos, principalmente aqueles relacionados à promoção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento, pois as diversas dimensões da sustentabilidade implicam justamente num enfoque interdisciplinar mediados pela ecologia política e conceitos de justiça ambiental. Essa tendência tende a politizar as discussões acerca dos conflitos socioambientais, considerando os processos sociopolíticos de apropriação da natureza.	Achselrad (1992) Little (2001) Zhouri, Laschefski, Pereira (2005)

Quadro 03: Principais tendências teóricas no estudo dos conflitos socioambientais no Brasil. Quadro elaborado pelo autor com base em Barbanti Jr. (2006).

Apesar de existirem várias tendências teóricas com distintos enfoques diante do fenômeno dos conflitos socioambientais, e de haver a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar, o eixo central dos estudos se fundamenta na sociologia.

No entanto, deve-se salientar que qualquer que seja a tendência teórica adotada na abordagem dos conflitos, não se deve deixar de considerar suas origens e configurações dentro das estruturas socioeconômicas e classistas da sociedade capitalista, pois esta visão é capaz de dar conta teoricamente da totalidade da origem e configuração dos conflitos socioambientais.

3.2 Conceito de conflitos socioambientais

Diante das considerações teóricas sobre produção social do espaço e as formas de abordagens dos conflitos, os conflitos socioambientais podem ser definidos como conflitos sociais que envolvem relações de poder constitutivas do

modo de apropriação e uso de elementos da natureza, nos quais os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão que eles nomeiam “ambiental” para suas lutas (ACSELRAD, 1995).

Considerando esse conceito os elementos da natureza constituem os objetos considerados naturais, que possuem existência ontológica, existindo independentemente da produção humana, mas que podem ser modificados, reconstruídos ou decompostos.

Esses elementos estão embutidos no próprio processo de reprodução da sociedade e seu modo de apropriação está na essência da reprodução da diferenciação social. Nesse sentido, a natureza é um objeto apropriado de forma diferente pelos sujeitos sociais, cuja apropriação acontece dentro do processo de diferenciação social e de poder da sociedade.

Essas assimetrias na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual do modo como se produz o “espaço ambiental”. A partir daí o conflito se emerge na medida em que um grupo utiliza-se desse espaço em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território para assegurar a reprodução do seu modo de vida (ACSELRAD, 2005).

Desse modo é possível relacionar essa assimetria de apropriação da natureza aos fatores que condicionam a produção social do espaço com destaque às tensões dialéticas entre o que Lefebvre (1991b) denomina de “espaço abstrato” (com seu correspondente valor de troca) e o “espaço social” (com seu correspondente valor de uso).

Mesmo sabendo que os elementos da natureza não são passíveis de apropriação privada, o modo como o espaço é produzido socialmente, faz com que os seus elementos naturais, considerados um bem comum, sejam subordinados às lógicas de reprodução do modo de produção capitalista (BARROS; SILVEIRA; GEHLEN, 2009).

É importante salientar que na configuração desse conflito em que os sujeitos constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas, as contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço são denunciadas com a demonstração das vítimas das injustiças ambientais que são excluídas do chamado “desenvolvimento” e que assumem todo o ônus dele resultante (ACSELRAD, 2005).

Nesse sentido, os conflitos socioambientais não devem ser evitados, mas considerados como elementos essenciais para construção da democracia e da justiça ambiental, pois procuram atribuir caráter público ao meio ambiente comum a indivíduos e grupos sociais, revelando injustiças que precisam ser vistas e solucionadas no contexto das políticas públicas. Essa visibilidade tanto social como política se dá mediante processos de participação social que se tornam elementos de configuração dos conflitos socioambientais.

4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONSENSO E CONQUISTA DE DIREITOS

Como visto anteriormente, os conflitos socioambientais se configuram na medida em que sujeitos constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas em torno das contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço.

Na configuração dos conflitos socioambientais a participação social é um elemento essencial, pois dinamiza tanto processos de confronto como processos de consenso em torno de elementos de disputa.

Não é objetivo aqui discutir os conceitos polissêmicos de participação social, mas apresentar diferentes formas de participação social no campo dos conflitos socioambientais.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a participação tanto pode ser um “instrumento de tecnologia social” para a neutralização de conflitos reais e potenciais e democratização do Estado para uma “gestão socioambiental sustentável”, ou um processo de luta social por justiça ambiental que se configura em movimentos sociais.

Tanto um quanto outro refletem vários aspectos relacionados à ação do Estado que cria espaços dinâmicos de negociação ou arenas de disputas a partir das forças sociais que o pressionam. Portanto, antes de se abordar os aspectos relacionados à participação social no contexto dos conflitos socioambientais, torna-se necessário discutir, mesmo que brevemente, o entendimento conceitual do Estado diante das forças sociais que influenciam suas ações.

4.1 Estado e forças sociais: atuação estatal nos conflitos socioambientais

A idéia central aqui utilizada para discutir brevemente o entendimento conceitual do Estado diante das forças sociais, importante para análise dos conflitos socioambientais, baseia-se nas proposições de Nico Poulantzas acerca da autonomia relativa do Estado Capitalista.

Dentro da tradição marxista, o surgimento do Estado decorre da divisão de classes na sociedade, e neste sentido, Engels (1985) resgata desde a origem da família, a natureza da propriedade privada e conseqüentemente a formação das

classes com o surgimento da necessidade do Estado para atenuar seus antagonismos. No entanto, o Estado passa a se posicionar a favor da classe mais poderosa que se transforma em classe politicamente dominante e fomenta instrumentos para a manutenção deste poder.

O Estado com suas diferentes formas de atuação sempre priorizou os interesses da classe dominante. O Estado escravocrata tendia a conservar a submissão do escravo; o Estado feudal procedia da essência da nobreza para sustentar seus privilégios a partir da sujeição dos servos e camponeses; hoje, o Estado capitalista estabeleceu-se como instrumento para que o capital pudesse explorar o trabalho assalariado e a natureza dentro de uma base jurídica e ideologicamente legítima (ENGELS, 1985).

Dentro deste contexto, a ideologia enquanto manifestação de um conjunto de valores, representações, crenças, normas, etc. e a base jurídica que estabelece as instituições, tendem a perpetuar a dominação de classe, onde a classe dominante se utiliza dos mecanismos ideológicos para subjugar a classe dominada aos seus interesses, permitindo a manifestação do poder de classe bem como sua reprodução. Nesse aspecto surge uma relação estreita entre Estado e ideologia.

Segundo Poulantzas (1977), a ideologia constitui um instrumento utilizado não só para legitimar e legalizar, mas também, para manter a existência e o funcionamento de um Estado em defesa da classe dominante, onde interesses econômicos da classe dominante se tornam interesses políticos, que no âmbito do Estado passam a “representar” os interesses gerais da sociedade.

O Estado apesar de ser um instrumento de dominação de classe, não está a serviço exclusivo de uma determinada classe. Com seus conteúdos e procedimentos estatais, ele busca dar respostas às relações contraditórias existentes nos interesses das classes sociais, servindo também como um instrumento de luta entre elas. Nesse sentido, o Estado não é absolutamente autônomo e, portanto, possui uma autonomia relativa por ter suas ações motivadas por forças sociais que dele se utilizam para lutar por seus interesses (POULANTZAS, 1977; GEHLEN, 1993).

Assim, como o Estado não pode ser considerado como um ente “a serviço exclusivo” de determinada classe, ele ao levar em conta suas dinâmicas próprias e considerando o movimento das forças sociais, efetiva estratégias principalmente na reprodução das classes sociais, criando e reforçando as condições que mantêm uma particular forma de dominação, assegurando ao mesmo tempo, a satisfação do

interesse das classes que governam. Porém, a ação do Estado, ou seja, suas intervenções na sociedade passam a depender de conflitos, alianças e compromissos entre classes, que se realizam dentro de um processo histórico. Nesse contexto, o Estado atua dentro de um equilíbrio movido de compromissos entre as classes dominantes e dominadas, mas sempre favorecendo a primeira (GEHLEN, 1993).

A partir de então, é possível conceber a idéia de que o Estado é uma arena de conflitos entre classes e forças sociais. É por meio dele que os conflitos são evidenciados e tomam formas políticas e jurídicas.

Relacionando essa idéia aos conflitos socioambientais, as configurações políticas e jurídicas dos conflitos dentro da “arena” do Estado só acontecem mediante a participação social dos atores que se sentem ameaçados quanto à perda de seus direitos fundamentais (ACSELRAD, 1992).

Essa participação pode acontecer no mínimo de duas formas, dependendo das oportunidades e restrições políticas existentes em determinado contexto de disputa. Ela pode se dar mediante cooperação e estabelecimentos de consensos em torno de um projeto político mediado pelo Estado, ou através de movimentos sociais, que na luta por seus direitos, estabelecem confrontos políticos contra elites, autoridades e opositores dos mais diversos. Em todo caso, o Estado sempre será um palco privilegiado para tais processos de participação social (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; TARROW, 2009).

Não obstante, é importante destacar o papel do Estado diante de tais processos de conflito e participação social. Segundo Gehlen (1993) a ação estatal em direção aos conflitos e às suas formas de participação social, especialmente diante dos movimentos sociais pode se dar de três maneiras: 1) Integração ou socialização, onde o Estado absorve o conflito regularizando juridicamente os embates levantados pelos movimentos sociais para garantir legalmente os direitos reivindicados. 2) Repressão ou exclusão, onde o Estado reprime os movimentos sociais de forma direta mediante ações administrativas e judiciais, podendo utilizar a força policial ou indiretamente marginalizando os movimentos através de disseminação ideológica. 3) Trivialização ou neutralização, onde o Estado apenas observa os movimentos sociais abstendo-se de tomar medidas, porém, podendo tomá-las a qualquer momento ou num futuro mais adiante.

Ainda segundo a autora, esses processos de atuação do Estado não são resultados de uma conspiração burocrática estatal, mas frutos da luta de classes evidenciada pelos movimentos sociais, que pressionam o Estado obrigando-o a fazer concessões perante as classes sociais antagônicas (GEHLEN, 1993).

Fica evidente que alguns conflitos são mais “explosivos” requerendo do Estado ações imediatas, seja socializando-os ou reprimindo-os. Já outros conflitos podem ser “negligenciados” até que as “explosões” ocorram, demonstrando que o Estado só atua nessas tensões quando é realmente pressionado para tal.

4.2 A participação social como instrumento de cooperação e gestão socioambiental

A participação social como instrumento de cooperação e gestão socioambiental está fundamentada ideologicamente nas concepções vigentes de desenvolvimento sustentável, onde a idéia de uma conciliação entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais ocupa lugar central.

Nessa idéia prevalece a crença que os conflitos socioambientais podem ser resolvidos por uma gestão do diálogo entre os atores com a finalidade de alcançar o consenso. Tal política de gestão dispõe de técnicas e estratégias voltadas para o atendimento da premissa da “participação”, onde os problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis de medidas mitigadoras e compensatórias (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Essa gestão do diálogo na busca do consenso, segundo os autores acima citados, tem como finalidade adequar o meio ambiente e a sociedade ao crescimento econômico. A partir de então, os problemas sociais e ambientais são tratados instrumentalmente e passíveis de negociação entre atores.

Tal “adequação ambiental” passa a constituir um verdadeiro paradigma na visão desenvolvimentista que aposta na modernização ecológica e motiva ações políticas que atribuem ao mercado uma capacidade institucional de resolver a degradação ambiental (ACSELRAD, 2004).

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) apresentam algumas considerações críticas sobre essa forma de participação social nos conflitos socioambientais. Eles afirmam que as instituições governamentais para legitimar essa prática se

empenham no envolvimento da chamada “sociedade civil organizada” (ONGs, organizações comunitárias e diversos movimentos sociais) onde termos como participação, cooperação, parceria e “empoderamento” (*empowerment*) tornaram-se palavras-chave nas estratégias de desenvolvimento global e local. Uma das estratégias para o engajamento da sociedade civil nesse processo de desenvolvimento se dá através de capacitações dos atores “mais fracos”, para que as “negociações” com os agentes governamentais e com o setor privado sejam possíveis.

“A idéia básica das ‘mesas redondas’ participativas é a de criar um novo sistema de regulação com a finalidade de se estabelecer um ‘consenso’”. Internacionalmente é uma concepção cada vez mais adotada em resposta à crítica da falta de legitimidade democrática das políticas públicas. Essa idéia procura desenvolver a “boa” governança considerando os direitos humanos e os padrões ecológicos de conservação e de transparência democrática. Todavia, o uso retórico de tais categorias não vem garantindo uma orientação na direção de um projeto político plural, democrático e sustentável, que tem sido reivindicado por diversas lutas sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 16).

O que se pode observar é que o paradigma reformador da adequação, em muitos aspectos, se coloca na contramão do paradigma transformador do conceito amplo de sustentabilidade que demanda em sua essência, alternativas para além do foco técnico-instrumental.

Não se descarta aqui a importância da participação de segmentos da sociedade em processos de negociação com o Estado e o com o setor privado na adequação de projetos de desenvolvimento. Porém, deve-se considerar que mesmo com o estabelecimento da governança democrática ou de mesas redondas de negociação, os conflitos socioambientais jamais poderão ser evitados, tendo em vista que sempre haverá grupos sociais prejudicados ou injustiçados socioambientalmente, ou que possuem posições ideológicas e políticas adversas. Na verdade, é impossível evitar o surgimento de conflitos diante das contradições inerentes de um projeto político e econômico em voga que produz uma sociedade diversa e desigual.

4.3 A participação social como processo de luta pela conquista de direitos

Outro viés de participação social nos conflitos socioambientais é o do processo de luta pela conquista de direitos, também denominado por Guha e Martinez-Alier (1996) de “ambientalismo dos pobres” ou “luta pela justiça ambiental”, uma concepção encontrada em Acselrad (2004).

Nesse viés os conflitos socioambientais são fortemente evidenciados e tomam forma através de movimentos sociais que procuram dar caráter público a direitos ameaçados e às injustiças ambientais.

As injustiças ambientais ocorrem quando se destina, a certos grupos sociais desfavorecidos - tanto pelas políticas quanto economicamente – uma carga de responsabilidade bem maior do que aquela que lhes caberia. Especialmente quando se considera os danos causados no meio ambiente devido à busca do desenvolvimento econômico (ACSELRAD, 2004; NUNES, 2010).

As injustiças ambientais são geradas por projetos homogeneizadores do espaço, tais como monoculturas agrícolas (soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.), parques industriais, pólos de mineração, etc. que ocasionam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade, que além de serem excluídas do chamado “desenvolvimento” assumem também todo o ônus dele resultante (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) e Martins (1997) enfatizam que os excluídos dos projetos homogeneizadores do espaço não se constituem como vítimas passivas desse processo injusto, mas que vêm se organizando em movimentos sociais de diversas configurações, manifestando seus desacordos, seus embargos, suas revoltas e suas reivindicações, ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de projetos alternativos de interação com o meio ambiente.

Segundo Zhour, Laschefski e Pereira (2005), o “ambientalismo dos pobres” ou “luta pela justiça ambiental” é marcado no Brasil pela resistência à supremacia das intervenções no espaço pelas elites e grupos políticos que dele se apoderam, onde apesar do discurso da participação, decisões sobre a regulação do uso e ocupação do solo que reproduzem um formato de “cima pra baixo”, privilegiam alguns segmentos da sociedade em razão de seus poderes econômicos, políticos e sociais. Esse fator tem gerado embates desiguais entre movimentos sociais e elites

político-econômicas, e isso se evidencia pela má distribuição de terras e pela decisão do Estado de não-resolução dos afrontamentos.

Uma importante consideração acerca da configuração desse tipo de participação social, é que ela não é um mero instrumento, mas acima de tudo é um processo. Um processo que segundo Demo (2009) é uma “conquista”.

Nessa concepção, a participação social não é vista como dádiva, como concessão ou como algo já preexistente, mas como um “processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (DEMO, 2009, p.18)

Demo (2009) demonstra que a essência dessa participação é a autopromoção que existe enquanto conquista processual. Logo não existe participação suficiente, nem acabada, mas em permanente evolução e desdobramento, especialmente dentro de contextos de movimentos sociais. Nesse sentido, torna-se importante a partir deste ponto, a discussão sobre os aspectos que configuram e dinamizam esse tipo de participação nas diversas formas de conflitos sociais.

4.3.1 Confronto político e movimentos sociais

Os movimentos sociais caracterizam-se como processos participativos pela conquista de direitos e são capazes de evidenciar perante a sociedade diversas injustiças sociais. Assim, os movimentos sociais são formas de participação social de confrontos políticos cuja “resolução dos conflitos” se dá pela conquista ou garantia de direitos ameaçados.

É importante salientar que nem todo confronto político evolui para formar movimentos sociais. Porém, todo movimento social evolui de confronto político. O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para enfrentar elites, autoridades e opositores (TARROW, 2009).

Tarrow (2009) destaca dois aspectos configuradores dos movimentos sociais. O primeiro é que nem todos os eventos de confronto merecem ser chamados de “movimentos sociais”. Para o autor tal designação deve ser reservada para “as sequências de confrontos políticos baseadas em redes sociais de apoio e em

vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (p. 18). A partir dessa consideração é possível reconhecer que a ação coletiva de confronto constitui-se a base dos movimentos sociais, tendo em vista ser ela o principal, e quase sempre, o único recurso que as pessoas comuns possuem para enfrentar opositores mais bem equipados e poderosos.

O segundo aspecto é que as formas contenciosas de ação coletiva se distinguem das relações de mercado, dos grupos de pressão ou da política partidária-representativa porque colocam pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades, demonstrando assim, que os movimentos sociais têm poder porque desafiam os detentores do poder produzindo solidariedade e construindo sentido e desafios coletivos para grupos específicos da população. Esse “poder” dos movimentos sociais é tão evidente, que, mesmo fracassando, possui a capacidade de promover mudanças políticas e culturais de diversas ordens.

4.3.2 Propriedades empíricas dos movimentos sociais

Segundo Tarrow (2009), os movimentos sociais possuem quatro propriedades básicas para serem definidos com tal e dependem de fatores externos para se dinamizarem.

A primeira propriedade é o “desafio coletivo” caracterizado por ações disruptivas diretas contra elites, autoridades, outros grupos ou códigos culturais. Essa ruptura, quase sempre de natureza pública pode assumir também a forma de resistência pessoal coordenada ou de afirmação coletiva de novos valores. Os movimentos sociais costumam usar o desafio coletivo para se tornarem pontos de atração para apoiadores e ganharem a atenção de opositores e terceiros.

A segunda propriedade é o “propósito comum” caracterizado pela “organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades e elites”. É importante salientar que nem todos os conflitos surgem de interesse de classe, mas de interesses e valores comuns ou justapostos que são a base das ações comuns. “As pessoas não arriscam sua pele ou sacrificam o seu tempo nas atividades dos

movimentos sociais a não ser que tenham uma boa razão para fazê-lo” (TARROW, 2009, p. 22).

A terceira propriedade refere-se a “solidariedade e identidade coletiva” caracterizadas pelo reconhecimento dos interesses comuns e dos atores envolvidos no confronto político. Tal reconhecimento se dá pelos participantes do movimento social que se identificam com o desafio e com a luta proposta. Nesse aspecto, os organizadores dos movimentos desempenham um papel fundamental na mobilização e estimulação de um consenso entre os militantes. No entanto, os líderes só criam um movimento social quando conseguem liberar os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade.

A quarta propriedade refere-se a “sustentação do confronto político”. Um episódio de confronto só se torna um movimento social quando a ação coletiva contra opositores reconhecidos e identificados no processo de “solidariedade e identidade coletiva” é efetivamente sustentada.

Essas quatro propriedades interdependentes são dinamizadas por fatores externos que Tarrow (2009) denomina de “oportunidades e restrições políticas” (Figura 05). Esses fatores alimentam, retroalimentam ou até mesmo podem desnutrir o processo de formação e desenvolvimento dos movimentos sociais.



Figura 05: Propriedades básicas do movimento social. Esquema elaborado pela Autora com base em Tarrow (2009).

4.3.3 Oportunidade e restrições políticas nos movimentos sociais

Tarrow (2009) ao descrever as propriedades básicas dos movimentos sociais defende a idéia de que o confronto está muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva - e limitado por restrições a ela - do que a fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas.

O confronto aumenta e se fortalece quando pessoas obtêm recursos externos e encontra oportunidades para usá-los nas suas lutas. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou quando o seu senso de justiça é ofendido.

Essas oportunidades são aberturas que as pessoas têm para apresentar suas reivindicações mediante movimento social. Já as restrições ou ameaças são antinomia lógica de oportunidades. As oportunidades são na verdade “oportunidades políticas” entendidas como “dimensões consistentes – mas não necessariamente

formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas ao sucesso ou fracasso” (GAMSON; MAYER, 1996 *apud* TARROW, 2009, p. 105).

Pode-se pelo menos identificar cinco dimensões de oportunidades políticas:

1) Abertura do acesso à participação para novos atores, onde frequentemente, as pessoas de forma racional não atacam opositores fortes quando não há espaços institucionais de participação para o confronto. Quanto mais estreitos forem os caminhos participativos, a oportunidade de novos confrontos se torna mais provável a cada nova abertura de participação;

2) Evidência de realinhamento político no interior do sistema, onde momentos de instabilidade dos alinhamentos políticos entre as elites e conseqüentemente suas divisões, apresentam-se como grandes oportunidades para organização de movimentos sociais e estabelecimento de confrontos;

3) Aparecimento de aliados influentes, onde os desafiantes do movimento social são encorajados à ação coletiva quando possuem aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como garantias perante a repressão ou como negociadores aceitáveis em seu favor;

4) Divisões emergentes no interior da elite, onde tais divisões não apenas incentivam os grupos com poucos recursos a assumirem os riscos da ação coletiva, mas também, encorajam os segmentos da elite que estão fora do poder a assumirem o papel de “defensores do povo”;

5) Declínio na capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência, o que facilita bastante a atuação dos movimentos sociais. A repressão é mais aplicada para os movimentos que clamam por mudanças fundamentais e ameaçam as elites do que para grupos que fazem reivindicações modestas. Nesse contexto, pode-se entender a repressão como “qualquer ação de outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva do opositor” (TILLY, 1978, p. 10 *apud* TARROW, 2009, p. 110).

Assim, o declínio da capacidade ou vontade repressiva do Estado sobre os movimentos tende a facilitá-los, na medida em que diminui os custos da ação coletiva. Entretanto, deve-se considerar que em sistemas governamentais repressivos, apesar dos movimentos sociais serem duramente reprimidos, as repressões podem também encorajar algumas formas de confronto, enquanto nos sistemas representativos os movimentos podem ser facilitados e os confrontos

amenizados, o que de certo ponto pode ser algo negativo, enfraquecendo o movimento.

Essas dimensões demonstram que os desafiantes ao aproveitarem oportunidades políticas em respostas à abertura do sistema político se tornam importantes catalisadores para os movimentos sociais e ciclos de confronto, e ocasionalmente para revoluções e aberturas democráticas (TARROW, 2009).

Todas essas propriedades e dimensões de oportunidades são úteis para analisar, empiricamente, os movimentos sociais em qualquer tipo de embate político, especialmente no que se diz respeito à participação social nos conflitos socioambientais.

Diante desse quadro teórico, pretende-se a partir de então apresentar de forma peculiar uma análise dos conflitos socioambientais no território do Complexo Industrial Portuário de Suape, identificando os atores envolvidos e as formas de participação social nesses conflitos, partindo dos pressupostos teóricos inter-relacionados referentes ao processo de produção social do espaço, à concepção interdisciplinar e politizante do conflito socioambiental ancorada na ecologia política e às dimensões políticas da participação social.

5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

5.1 O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)

5.1.1 Caracterização geral do CIPS

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) está situado 40 km ao sul do Recife (PE), nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Ao todo, o CIPS ocupa uma área extensa de 13.500 hectares de terra dividido em zonas: Zona Industrial Portuária (ZIP), Zonas Industriais Periféricas (ZI), Zona Central Administrativa (ZCA), Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), Zona Agrícola Florestal (ZAF) e Zona de Preservação Cultural (ZPC) (Figura 06).

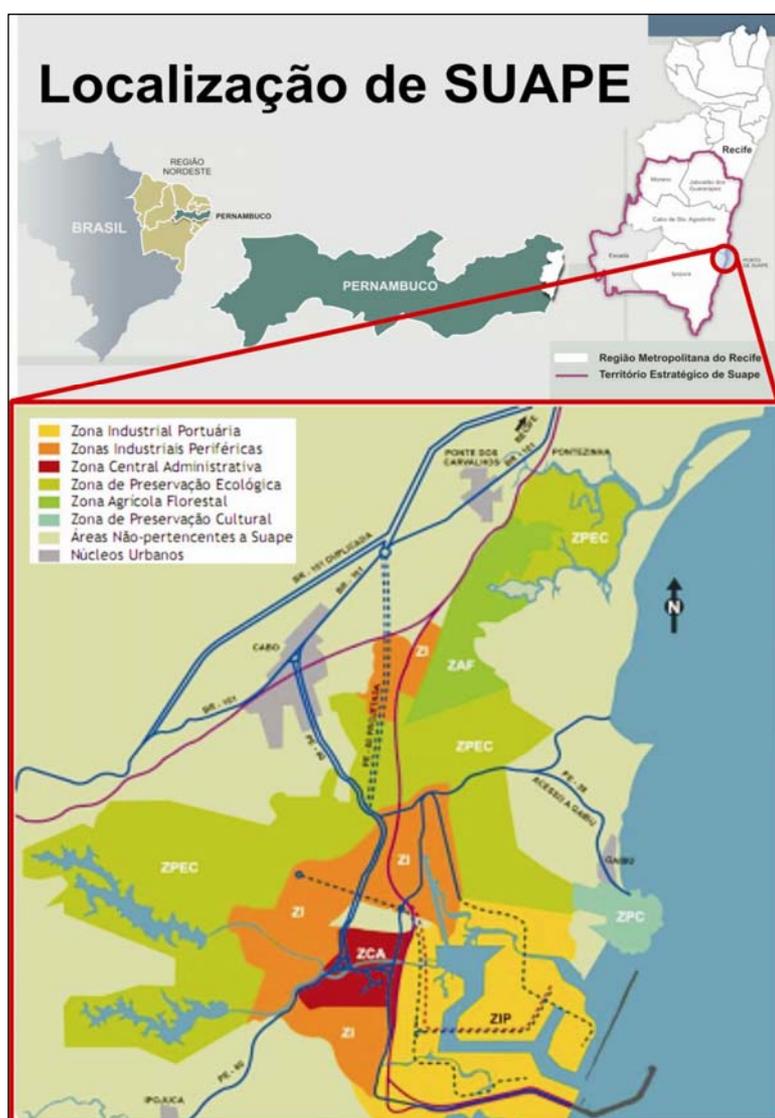


Figura 06: Localização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Fonte: DVD Suape 30 Anos (2008).

Atualmente o CIPS vem se consolidando como um dos principais pólos de desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e do Brasil, cujo projeto se propõe a tornar Pernambuco num “pólo nacional provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, *offshore* e naval” (SUAPE GLOBAL, 2008).

Diversos fatores vêm contribuindo para a atração de investimentos privados para consolidação desse pólo, dentre eles a localização estratégica para o mercado portuário e logístico, a existência de projetos âncoras mediados pelo Estado com investimentos na infra-estrutura portuária e aeroportuária, na formação de recursos humanos, incentivos fiscais, e a visão de planejamento compartilhado entre o setor público e o privado.

Alguns fatores ambientais também foram considerados para consolidação desse projeto, como por exemplo, a grande disponibilidade de recursos hídricos de águas superficiais e subterrâneas, bem como a profundidade natural do Porto Interno de 15,5 metros e a profundidade natural do Porto Externo de 15,5 para 20,0 metros – verdadeiras dádivas da natureza para exploração do capital.

Assim, na visão do Governo do Estado de Pernambuco o projeto “Suape Global” tem como objetivos proporcionar o desenvolvimento, no estado, de uma atividade industrial inovadora e de forte base científico-tecnológica, inserida no mercado global e capaz de garantir a sustentabilidade para os próximos 50 anos, consolidando a região do CIPS como a melhor alternativa para abrigar investimentos na cadeia produtiva de petróleo, gás, *offshore* e naval, transformando-a em um centro irradiador de desenvolvimento com dinamização econômica de toda região de influência direta e indireta (SUAPE GLOBAL, 2008).

A atração de capital privado para o CIPS é na ordem dos bilhões de dólares. Até 2006 já foram instaladas 81 empresas cujo investimento total atingiu US\$ 2,15 bilhões. De 2007 a 2010 está prevista a instalação de mais 35 empresas cujo investimento chegará a 13,59 bilhões de dólares.

Os investimentos públicos atualmente somam-se R\$ 1,2 bilhões com recursos dos governos federal e estadual. De 2007 a 2008 foram investidos em obras públicas R\$ 257 milhões e de 2009 a 2010 estão previstos mais R\$ 943 milhões. Atualmente as obras em andamentos correspondem a R\$ 577, 8 milhões e estão relacionadas à melhoria da infra-estrutura do complexo visando atender aos objetivos do projeto Suape Global (SUAPE GLOBAL, 2009). A Figura 07 ilustra os

montantes de investimento de capital público e privado aplicados no CIPS no período de 1979 a 2006.

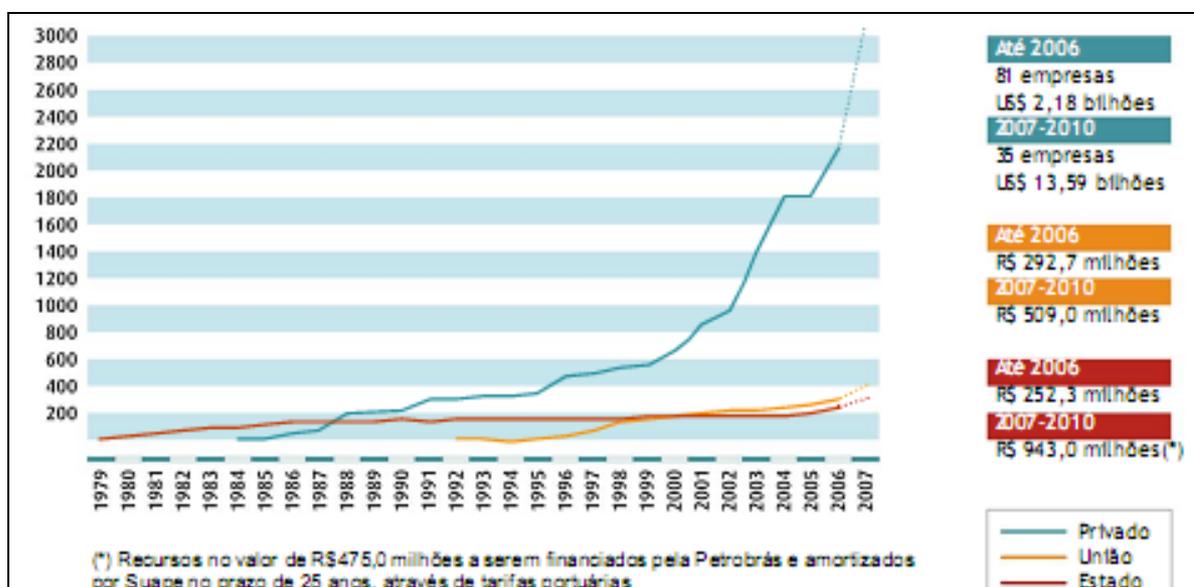


Figura 07: Evolução histórica dos investimentos de capital público e privado no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Fonte: Suape (2008).

Esse quadro de investimentos na economia de Pernambuco revela o quanto nos últimos anos o fenômeno da globalização associada com mudanças de paradigma tecnológico vem influenciando de forma marcante as atividades econômicas na região. Isso vem implicando numa maior abertura das economias ditas periféricas e numa mudança acentuada no papel do Estado como indutor de atividades econômicas em parceria com o setor privado (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2009).

Tais processos são resultados de mudanças ocorridas no século XX, tanto no âmbito econômico, quanto no político e social, que modificaram de maneira grandiosa a dinâmica espacial da produção e da organização econômica geral. Tudo isso se evidenciou primeiramente no período do pós-guerra, onde o capital industrial se tornou o principal financiador do Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, e que mais tarde, mediante a substituição de importação, propiciou as políticas dos Estados desenvolvimentistas nos países em desenvolvimento (MACHADO *et al.*, 2009; CARDOSO, 2007).

No entanto, com a crise econômica do intervencionismo estatal e do fordismo nos anos 1970, uma série de outras mudanças entrou em curso alterando mundialmente a dinâmica produtiva. A partir de então passou a existir uma

“multilocalização da produção”, e esta não mais restrita ao mercado interno, mas atrelada a novos mercados consumidores e lugares propícios para a produção, onde haja mão-de-obra flexível e vantagem comparativa, com a intensificação de fluxos globais de toda espécie de pessoas, informações e mercadorias.

Nesses fluxos globais os portos encontraram uma nova importância, tornando-se pontos nodais da estrutura de rede dos fluxos mercantis, que são ancorando territorialmente na tentativa de produzir um desenvolvimento econômico para as regiões onde se instalam com aumento da competitividade.

Nesse aspecto, a estrutura industrial-portuária do CIPS apresenta uma localização estratégica na absorção dos fluxos globais e nacional, e talvez seja por isso que o seu porto constitui-se o empreendimento com maior vantagem competitiva da região Nordeste do Brasil (MEDEIROS, 2005) (Figura 08).



Figura 08: Principais rotas internacionais (fluxos mercantis) para o Porto de Suape (CIPS). Fonte: Suape (2008).

5.1.2 Contexto histórico do uso e ocupação da terra no Complexo Industrial Portuário de Suape

Suape era o nome de um antigo ancoradouro existente na ilharga do Cabo de Santo Agostinho (acidente geográfico), que ficava separado do mar por um cordão de recifes de arenito (Figuras 09 e 10). Três rios desembocavam na sua extremidade norte: o Massangana, o Tatuoca e o Ipojuca, onde uma muralha de aproximadamente 800 metros permitia o acesso de pequenas embarcações. O atual rio Massangana era chamado pelos índios que ali viviam de Suape, que em tupi significa “caminho incerto” ou “caminho duvidoso”, devido à sua própria trajetória incerta dentro do estuário.

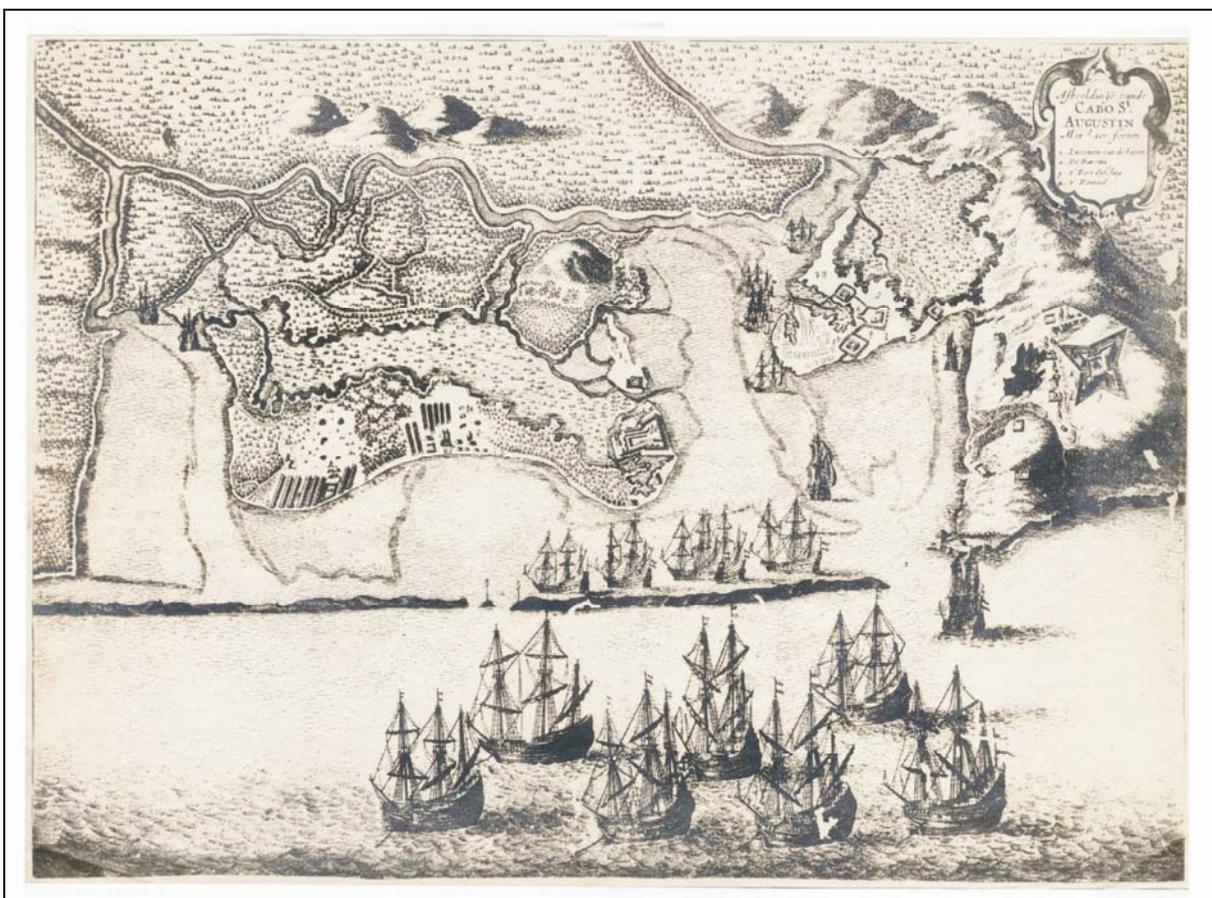


Figura 09: Gravura do Ancoradouro de Suape de 1635 localizada no Museu de Amsterdam. Fonte: Suape (2008).



Figura 10: Fotografia do estuário de Suape nos anos 1970 antes da implantação do porto. Fonte: DVD Suape 30 anos (2009).

Desde o início da colonização da região pelos europeus a posição do Cabo de Santo Agostinho e a configuração das regiões adjacentes deram margem à utilização do estuário de Suape como base de infra-estrutura portuária.

Devido ao seu valor estratégico comercial e militar, a região foi alvo de diversas disputas entre europeus e índios, e posteriormente entre holandeses e portugueses pelo seu domínio. Assim, desde cedo, o estuário de Suape exerceu funções econômicas e estratégicas para os colonizadores e ponto de resistência para populações indígenas que lutavam pela permanência nas terras.

Não obstante ao uso portuário do estuário de Suape, outro modo de uso das terras adjacentes se iniciou e se consolidou começando a verdadeira colonização das terras. Essa colonização se deu mediante a substituição da Mata Atlântica pela cultura da cana-de-açúcar, fazendo predominar na região a atividade econômica açucareira que ainda perdura até hoje.

A partir de então o espaço da região passou a ser produzido por meio de modificações substanciais do meio natural em estrita consonância com os interesses

e necessidades dos grupos dominantes que se apropriavam do espaço e o estendia em sentido horizontal reorganizando-o e reproduzindo-o.

Assim, como bem destacou Andrade (1981), esse espaço passou a ser produzido em função do abastecimento de açúcar à Europa, determinando a destruição da Mata Atlântica e a implantação de canaviais e diversos engenhos em áreas próximas ao litoral, tais como Engenho Massangana, Engenho Algoduais, Engenho Tiriri, Engenho Tabatinga, Engenho Serraria, Engenho Velho, Engenho Ilha, Engenho Garapu, entre outros.

Durante muito tempo, do Brasil Colônia ao início do século XX a produção de açúcar nesses engenhos, também conhecidos como engenhos banguês, esteve restrita a métodos arcaicos, pelo uso de fontes de energias tradicionais como mão-de-obra escrava, tração animal e água para movimentar moinhos. A mudança desse modelo de produção se tornou no final do século XIX um dos principais desafios para possibilitar a sobrevivência da produção de açúcar no contexto da economia mundial (ANDRADE, 1981; SILVA, 2008).

A partir dessa necessidade iniciou-se na década de 1870 a modernização da produção açucareira que passou da fase do banguê para a da usina cujo processo se consolidou no período de 1890 a 1910. Esse processo de modernização provocou o desaparecimento dos engenhos banguês com transformações sociais de vários níveis, entre elas o fortalecimento político e econômico de um novo ator social – o usineiro – que começou a se sobressair sobre os senhores de engenhos no contexto das políticas locais e regionais (SILVA, 2008).

Com a modernização e industrialização do setor açucareiro, ocorreu o surgimento de aglomerados industriais que deram origem a vilas e cidades, e dinamização de velhos centros urbanos nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. No entanto, tal processo ainda se deu com o aumento da concentração de renda e de terras para os usineiros, e com a proletarização dos trabalhadores rurais que se atrelavam às usinas.

Desde então, o desenvolvimento industrial do setor açucareiro se intensificou bastante, especialmente na década 1970 com a criação do PROALCOOL (Programa Nacional de Álcool). Esse desenvolvimento influenciou no sistema de transporte com melhoria de estradas, implantação ou dinamização de ferrovias de penetração e melhoramento das instalações portuárias, além do aumento de financiamento para as usinas e destilarias.

O processo facilitou o caminho para a diversificação industrial na região como a criação do pólo industrial do Cabo no governo estadual de Cid Sampaio (1958-1962) ao implantar indústrias químicas que inicialmente produziam a partir do álcool proveniente das usinas e destilarias de cana-de-açúcar. No entanto, com a elevação do preço do álcool, tais indústrias passaram a não mais utilizar o álcool das usinas, sendo forçadas à utilização de derivados do petróleo como principal matéria-prima (ANDRADE, 1981).

O PROALCOOL oportunizou o financiamento da produção alcooleira, porém, em alguns casos, o processo acarretou o endividamento de várias usinas e destilarias, que não tendo como saldá-las entravam em falência e tinham suas terras hipotecadas e expropriadas pelo poder público. Destaca-se nesse caso, a Usina Santo Inácio, falida em 1963, detentora de diversos engenhos localizados nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que posteriormente passaram à Cooperativa Agrícola de Tiriri em processo de reforma agrária intermediado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1973.

Feita a “reforma agrária” as terras da Usina Santo Inácio passaram para Cooperativa Agrícola de Tiriri constituída por ex-trabalhadores rurais da referida usina e por antigos posseiros dos engenhos ali situados. A cooperativa passou a ter plenos direitos de compra e venda das terras em sua possessão, a saber: os engenhos Algodoads, Serraria, Massangana, Tiriri, Jasmin, Tabatinga, Setubal, entre outros.

Em 14 de fevereiro de 1980, mediante o instrumento jurídico de Protocolo de Intenções e Fechamento de Negócio, a Cooperativa Agrícola de Tiriri vendeu para a empresa Suape as terras sob sua possessão que eram destinadas à reforma agrária. Esse total de terras correspondia aproximadamente a 4.985 hectares, e era o que faltava para complementar a área necessária para instalação do CIPS, já que outras áreas pertencentes às usinas Bom Jesus e Ipojuca já tinham sido desapropriadas para esse fim (PROTOCOLO DE INTENÇÕES E FECHAMENTO DE NEGÓCIO, 1980).

Em 31 de julho de 1980 a Cooperativa Agrícola de Tiriri celebrou Termo de Convênio com Suape para transferência de seus associados, moradores, lotistas e trabalhadores rurais para outros imóveis de propriedade da cooperativa situados fora da área destinada à implantação do CIPS. O Termo de Convênio na Cláusula Quarta (Da Disposição Geral) previa o comprometimento da empresa Suape em pleitear

junto à Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE) a construção de uma vila residencial nos engenhos da antiga Usina Maria das Mercês através de um projeto “agrovila”, do Sistema Financeiro do Banco Nacional de Habitação (SF-BNH), a fim de aumentar a capacidade de absorção dos rurícolas existentes e alojamento dos transferidos ou para lá relocados. O Termo de Convênio (1980) se estabeleceu como um complemento do Protocolo de Intenções e Fechamento de Negócios (1980) onde se estabeleceu o pagamento indenizatório pelas terras no valor total de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros), bem como a promessa de indenizações pelas plantações e benfeitorias realizadas pelos sítiantes.

Por diversos motivos a saída, a transferência e o processo de indenização não ocorreram de forma plena conforme estabelecido nos Termos do Convênio. Segundo líderes de associações de pequenos agricultores localizadas no CIPS, que foram entrevistados no procedimento desta pesquisa, centenas de famílias ligadas à Cooperativa Agrícola de Tiriri permaneceram nas terras, não sendo relocadas para outras áreas conforme o combinado, sendo expropriadas e indenizadas posteriormente de forma individualizada, na medida em que Suape precisava das terras para implantação de empreendimentos diversos (ENTREVISTA Nº. 13, de 13.11.2009; ENTREVISTA Nº. 16, de 14.11.2009; ENTREVISTA Nº. 20, de 18.11.2009).

Ainda hoje, centenas dessas famílias ainda vivem nessas terras, e juntamente com outros moradores, que vivenciaram outras formas de ocupação, vêm sofrendo gradativamente desde a instalação do CIPS processos de repressão e estagnação da produção rural por parte de Suape, fato este constatado mediante observação direta e em todas as entrevistas realizadas com as lideranças dos pequenos agricultores durante a pesquisa de campo.

Como pode se observar o CIPS foi implantado em 1974 mediante a desapropriação de terras de antigos engenhos, usinas e de áreas destinadas à reforma agrária num processo gradativo de estagnação e expropriação de pequenos produtores rurais o que vem acarretando êxodo rural e alterações na dinâmica populacional entre o meio rural e urbano.

Segundo o Diagnóstico Socioambiental do Cabo de Santo Agostinho (2003) a implantação do pólo industrial do Cabo e do Complexo Industrial Portuário de Suape foi o principal responsável pela expansão demográfica, passando, o município do

Cabo de Santo Agostinho, de 10.050 habitantes em 1960 para 68.784 habitantes em 1991, o que representa uma variação de 288,6% do contingente demográfico.

Com a saída da população do campo um grande contingente de famílias passou a aglomerar-se na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais. A regularização dessas ocupações pela Prefeitura dos municípios atingidos tem resultado na criação, em áreas, nem sempre adequadas, de loteamentos e vilas destinados à população de baixa renda, contribuindo, com freqüência, para o aumento da ocupação desordenada do solo urbano (PREFEITURA DO CABO, 2003).

Percebe-se desde então que, ao longo da história, o processo de ocupação e uso das terras sempre atendeu, de forma prioritária, aos interesses e necessidades econômicas de grupos dominantes sem considerar aspectos ecológicos e sociais. Com o advento das relações capitalistas, que buscaram modernizar e dinamizar a economia, as formas de produção do espaço geográfico não deixaram de lado históricas perversões sociais, apenas deram-nas uma nova roupagem.

Atualmente, o CIPS com todo o seu contexto político e econômico, encontra-se numa nova fase de desenvolvimento precisando considerar de forma extrema tais aspectos, outrora não considerados no seu processo de concepção e implantação, o que gerou a intensificação do processo migratório, a liberação de mão-de-obra pela agricultura, a incapacidade de absorção de mão-de-obra pela indústria e serviços, e a formação de grandes contingentes marginais nas grandes cidades.

O risco de desconsideração desses aspectos ainda é enorme, sendo possível evidenciá-lo através da análise dos conflitos socioambientais existentes entre grupos e projetos diferentes, que disputam entre si no espaço concebido, percebido e vivido, formas abstratas e concretas de sua apropriação e uso. Para efeito de ilustração didática, a Figura 11 apresenta uma “linha do tempo” sintetizando a evolução do processo de produção do espaço determinado por razões econômicas de ocupação ocorrido na Zona da Mata Sul de Pernambuco e na região onde se situa o Complexo Industrial Portuário de Suape.

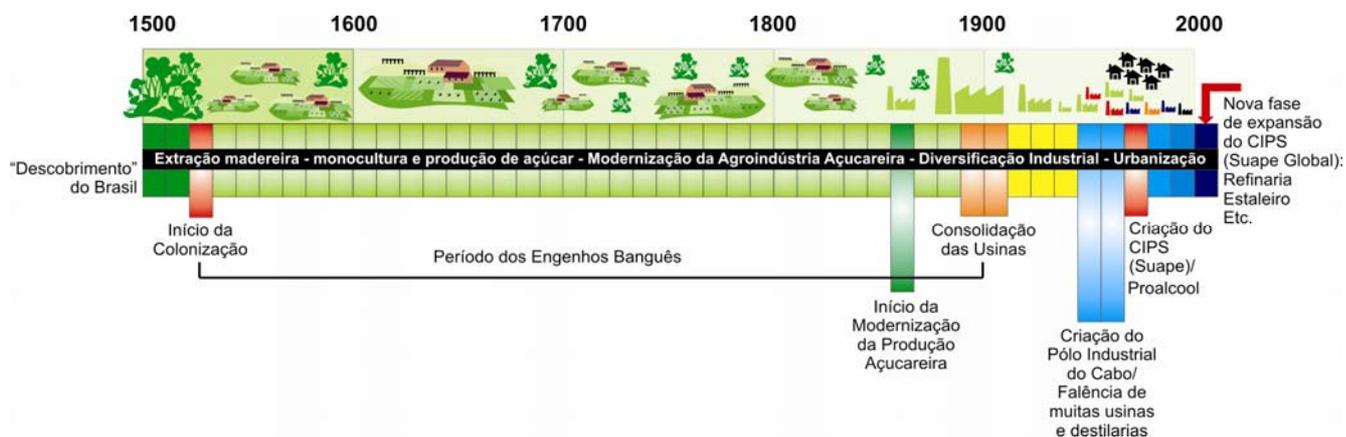


Figura 11: “Do Rural ao Urbano” - Evolução do Processo de Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul/PE dos anos de 1500 a 2000: “O processo de produção do espaço está naturalmente ligado, determinado pelas razões econômicas que motivaram a própria ocupação” (ANDRADE, 1981, p. 14). Infografia elaborada com colaboração de André Paulo de Barros (2009).

5.2 Conflitos socioambientais existentes

As visitas de campo às 27 comunidades localizadas no CIPS e as entrevistas realizadas com suas respectivas lideranças comunitárias possibilitaram, numa primeira abordagem, o levantamento e a identificação de conflitos sociais de duas categorias: o agrário-fundiário relacionado à questão de posse e uso da terra para fins de moradia e produção; e o socioambiental relacionado ao conceito de Acselrad (1995). O Quadro 04 abaixo apresenta o levantamento dos conflitos agrário-fundiários e socioambientais a partir dos relatos dos entrevistados.

Comunidades Estudadas		Conflitos							
		Reconhecimento	Não reconhecimento	Agrário/Fundiário	Latente	Manifesto	Socioambiental	Latente	Manifesto
01	Arandepe	X		X		☀	X		☀
02	Pirajá I	X		X		☀	X		☀
03	Tabatinga I	X		X		☀	X		☀
04	Tabatinga II	X		X		☀	X		☀
05	Tabatinga III	X		X		☀	X		☀
06	Alagado/Penderama	X		X		☀	X		☀
07	Bitá	X		X		☀	X		☀
08	Campi	X		X		☀	X		☀
09	Vila Claudete	X		X		☀			
10	Praia de Gaibu	X					X	☀*	
11	Vila Cepovo	X					X	☀*	
12	Vila de Suape		X						
13	Vila de Nazaré		X						
14	Águas Compridas	X					X	☀*	
15	Engenho Boa Vista		X						
16	Engenho Jurissaca		X						
17	Engenho Ilha		X						
18	Engenho Rosário		X						
19	Engenho Serraria	X					X	☀*	
20	Engenho Algoduais	X					X	☀*	
21	Vila Dois Irmãos		X						
22	Engenho Massangana		X						
23	Utinga de Baixo	X		X	☀*				
24	Utinga de Cima		X						
25	Engenho Mercês	X					X	☀*	
26	Ilha de Tatuoca	X		X		☀	X		☀
27	Engenho Tiriri		X						
Total		17	10	11	01	10	15	06	09

Quadro 04: Levantamento preliminar de conflitos agrário-fundiários e socioambientais existente no CIPS a partir dos relatos dos entrevistados pela pesquisa.

O quadro acima demonstra numa análise preliminar que 17 comunidades reconhecem a existência de conflitos sociais, sejam eles agrário-fundiários ou socioambientais. Dessas comunidades 11 estão envolvidas em conflitos agrário-fundiários com a gestão do CIPS. Nessa categoria de conflito 10 comunidades estão em confronto manifesto e apenas 01 está em estágio de confronto latente ou potencial podendo se manifestar a qualquer momento.

Confrontos latentes e manifestos classificados como conflitos socioambientais foram levantados em 15 comunidades mediante relatos dos entrevistados e são distribuídos da seguinte forma: 06 latentes e 09 manifestos. Apenas 10 das

comunidades visitadas não reconheceram a existência de conflitos de nenhuma natureza, apesar da identificação de inúmeros problemas agrário-fundiários e socioambientais.

É importante salientar que a quantidade de conflitos socioambientais e agrário-fundiários levantados através do reconhecimento das lideranças comunitárias entrevistadas não representa de fato o número real de conflitos identificados, pois, em análise posterior objetivando a identificação, caracterização e mapeamento de conflitos socioambientais, foram identificados apenas 06 conflitos dessa natureza, uma vez que, num mesmo conflito percebe-se a participação de várias organizações comunitárias dentre as comunidades visitadas na pesquisa de campo. O Quadro 05 expõe a identificação desses conflitos socioambientais de forma geral, cuja análise se fundamenta, principalmente, em informações obtidas em entrevistas realizadas com líderes comunitários e em observações de campo, alguma delas descritas e fotografadas.

Conflitos Socioambientais	Tipo	Objeto de confronto	Natureza
Conflito de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bita e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.	Relacionado ao controle sobre os recursos naturais.	Terra, água e conservação da biodiversidade.	Manifesto.
Conflito na instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Praia de Gaibu nas terras das Comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupação com possíveis impactos ambientais da instalação da ETE nas comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Serraria e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com poluição sonora e atmosférica.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Algoduais e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com poluição sonora, atmosférica e hídrica nos riachos que cortam a comunidade.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Mercês (Ipojuca) e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e hídrica.	Latente.
Conflito entre moradores da Ilha de Tatuoca e as empresas Suape e Estaleiro Atlântico Sul quanto à instalação de empreendimento impactante.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e hídrica.	Manifesto.

Quadro 05: Identificação dos conflitos socioambientais existente no CIPS a partir da sistematização dos relatos dos entrevistados pela pesquisa. Elaborado pela Autora.

5.2.1 Conflitos socioambientais no Engenho Serraria

O Engenho Serraria está localizado na Zona Industrial Periférica do CIPS no município do Cabo de Santo Agostinho à margem direita da rodovia PE-60 em direção à sede do município de Ipojuca nas seguintes coordenadas geográficas S 08° 20' 15,9" e W Gr 35°01' 38,6".

Nessa localidade situam-se empresas do ramo de bebidas, alimentos e embalagens tais como: Coca-Cola, Montilla, Pepsico (Elma Chips), Alcan, Rexan, entre outros empreendimentos instalados e em processo de instalação.

Segundo a liderança comunitária, a comunidade possui cerca de 120 famílias que viviam exclusivamente da agricultura familiar e da cana-de-açúcar produzida em seus sítios. Devido à falta de apoio e de recursos para o desenvolvimento da produção agrícola, a comunidade vem perdendo gradativamente a identidade com o trabalho rural. A maioria dos antigos agricultores que ainda não saiu da terra está se aposentando, e os seus filhos não possuem mais interesse de trabalhar na agricultura buscando oportunidades de empregos nas indústrias da região (ENTREVISTA Nº. 16, de 14.11.2009).

Diante dessa realidade muitos chefes de família, geralmente homens, passaram ao trabalho assalariado nas indústrias do CIPS desenvolvendo funções de mão-de-obra barata não especializada tais como: serviços gerais, carpintaria, auxiliar de pedreiro, etc. Apesar da oportunidade desses empregos, a dificuldade de obtê-los se esbarra na baixa escolaridade dos candidatos e nesse contexto, as mulheres sofrem ainda mais, restando-lhes apenas os trabalhos domésticos informais em “casas de família” nos centros urbanos. Configura-se, assim, o que Rossini (2009) considerou como um processo desigual de desenvolvimento nos aspectos econômicos, sociais, políticos e espaciais desprivilegiando os pequenos modos de produção que aos poucos vão se subordinando ao modo de produção capitalista.

Como a área é destinada à instalação de indústrias, na medida em que um novo empreendimento vem a se instalar, propriedades rurais são desapropriadas através de processo de negociação indenizatória entre Suape e o posseiro, com ajuda da associação comunitária, que trabalha em prol de garantir uma indenização mais justa possível.

Segundo depoimento da liderança comunitária a associação comunitária presta orientação aos moradores expropriados no que diz respeito à aquisição de um novo imóvel, seja rural ou urbano, e à utilização da verba indenizatória (ENTREVISTA Nº. 16, de 14.11.2009).

Como foi mencionado no capítulo 4 (seção 4.1, p. 46) observa-se nos depoimentos acima como o Estado vem absorvendo os conflitos dos pequenos proprietários rurais através do processo de negociação indenizatória, ou usando a sua estrutura jurídica para “absorver o conflito” como destacou Gehlen (1993).



Figura 12: Fotografia da instalação de uma indústria no Engenho Serraria (14.11.2009). Onde existiam sítios e plantações, hoje se instalam indústrias. Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.



Figura 13: Fotografia de uma pequena propriedade rural com moradias ao lado de uma indústria (Alcan) no Engenho Serraria (14.11.2009). Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.

A proximidade de moradias com as indústrias eventualmente ocasionam conflitos entre moradores e empresas, ora devido ao barulho que as indústrias produzem (poluição sonora), ora devido à emissão de materiais particulados no ar pelas chaminés das fábricas ou pela geração de poeira oriunda das obras de construção dos empreendimentos (poluição atmosférica).

Apesar de existirem tais problemas, no momento da pesquisa não se verificou a existência de confronto manifesto entre moradores e empresas, no entanto, constatou-se a predisposição da associação comunitária em realizar tal investida, conforme aconteceu em momentos anteriores. Essa realidade levou a pesquisa a caracterizar o caso do Engenho Serraria em conflitos socioambientais latentes relacionados aos impactos ambientais.

5.2.2 Conflitos socioambientais no Engenho Algodois

A comunidade do Engenho Algodois localiza-se na Zona Industrial Periférica do CIPS no município do Cabo de Santo Agostinho à margem esquerda da rodovia PE-60 em direção à sede do município de Ipojuca nas seguintes coordenadas geográficas S 08° 19' 31,1" e W Gr 35°00' 21,8".

Segundo a liderança comunitária, a comunidade possui cerca de 250 famílias que sobrevivem da cultura extrativista de frutas (manga, caju, castanha, jambo, etc.) extraídas de seus sítios e que são comercializadas sazonalmente às margens da PE-60 e PE-28, agricultura de autoconsumo (macaxeira) e de trabalhos nas indústrias da região, apesar das dificuldades de obtenção de empregos devido à baixa escolaridade dos moradores. Todas as famílias estão destinadas a saírem das terras para a instalação de indústrias da mesma forma que ocorre no Engenho Serraria. A área já possui diversas empresas, a maioria do ramo cerâmico, como por exemplo: Pamesa, Celite, Monte Carlos, etc.

Além de indústrias, existem dentro da comunidade o viveiro florestal do CIPS e uma tubulação de gasoduto da empresa Lanxess⁶ vindo do Porto de Suape que passa por debaixo do viveiro e de algumas moradias (Figura 14).

Devido à ausência de atuação do poder local em termos de infra-estrutura e serviços sociais a comunidade vem passando por um processo de crescimento desordenado de moradias em condições precárias de habitabilidade e saneamento básico (Figura 15).

Segundo a liderança comunitária a falta de investimentos sociais do poder público local se dá pelo fato de que as terras pertencem a Suape e estão em processo intenso de desocupação para instalação de indústrias, motivo pelo qual “não se justifica o investimento social na comunidade, apesar das dificuldades dos moradores. Um exemplo disso é o estado precário de funcionamento em que se encontra a única escola de ensino fundamental (1ª a 4ª séries) da comunidade (ENTREVISTA Nº. 09, de 12.11.2009).

Segundo depoimento da liderança comunitária a associação comunitária presta orientação aos moradores expropriados no que diz respeito à aquisição de

⁶ Fábrica produtora de borracha sintética (elastômeros) de um grupo alemão: antiga Petroflex/Coperbo localizada no Distrito Industrial do Cabo.

um novo imóvel, seja rural ou urbano, e à utilização da verba indenizatória (ENTREVISTA Nº. 16, de 14.11.2009).



Figura 14: Fotografia do viveiro florestal do CIPS. Notar a placa indicativa informando a existência de tubulação enterrada na área (12.11.2009). Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.



Figura 15: Fotografia de moradias do Engenho Algodoads por onde passa o gasoduto da Lanxess (12.11.2009). Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.

Em Algodoads ocorrem problemas ambientais (poluição sonora e atmosférica) semelhantes aos da comunidade do Engenho Serraria devido à proximidade de moradias com as indústrias, onde, segundo a liderança comunitária, episódios agudos de poluição já ocorreram prejudicando diversos moradores (Figura 16).



Figura 16: Fotografia da sede da Associação de Moradores Engenho Algodoads. Notar ao fundo a empresa Pamesa (Grupo Espanhol) produtora de pisos cerâmicos e de porcelanatos (12.11.2009). Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.

Nesses casos a associação comunitária oficializava denúncias ao órgão ambiental estadual (CPRH) que realizava a fiscalização. Os resultados desses processos eram satisfatórios para a comunidade, uma vez que as empresas alegavam estar operando dentro dos padrões ambientais com promessas de melhoria de seu desempenho ambiental.

É importante salientar que no momento da pesquisa não foi verificado a existência de confronto manifesto entre moradores e empresas, mas nada impede de ocorrerem episódios de conflitos socioambientais em torno de problemas agudos e crônicos de poluição ambiental, o que levou o caso do Engenho Algodoads a ser caracterizado como conflitos socioambientais latentes relacionados aos impactos ambientais.

Conforme aponta Lefebvre (1991b) as contradições e conflitos inerentes ao processo social de produção do espaço abstrato e social são claramente aqui representados: fragmentado, homogêneo e hierárquico, pois são construídos dentro da lógica capitalista, padronizados e individualizados conforme a racionalidade do capital.

Se a comunidade denuncia a poluição ambiental, o órgão do Estado aceita os “argumentos” das empresas não contemplando o “espaço social” e o “espaço vivido” onde, conforme dados da pesquisa as comunidades e os indivíduos têm seus direitos socioambientais e sua cidadania, ameaçados pelo poder público e iniciativa privada (LEFEBVRE, 1991b).

5.2.3 Conflitos socioambientais no Engenho Mercês (Ipojuca)

A comunidade do Engenho Mercês localiza-se na Zona Industrial Portuária do CIPS no município de Ipojuca nas coordenadas geográficas S 08° 23' 22,1" W Gr 35°00' 24,9" e é cruzada pelas principais vias de acesso à área do porto. Os empreendimentos de grande porte tais como a Refinaria Abreu e Lima, M&G Polímeros, Petroquisa, etc. estão situados nas terras desse antigo engenho, de onde nasce o Rio Tatuoca, cujas nascentes localizam-se na área de instalação da Refinaria.

Todas as famílias localizadas na comunidade serão retiradas por Suape mediante indenização para instalação de indústrias petroquímicas. As retiradas vêm ocorrendo aos poucos, na medida em que são instalados novos empreendimentos. Segundo informações da liderança comunitária a comunidade possui cerca de 480 famílias que não vivem mais exclusivamente da agricultura devido a restrições de Suape e a falta de investimentos públicos. No entanto, algumas famílias ainda se utilizam dos manguezais do estuário do rio Tatuoca para a pesca e captura de caranguejos, e das safras espontâneas de frutas (caju, manga, fruta-pão, coco, etc.) cuja oferta natural vem diminuindo gradativamente afetando o sustento de muitas famílias (ENTREVISTA Nº 18 de 17.11.2009).

A comunidade carece de serviços sociais e está praticamente abandonada pelo poder público local. Aos poucos, a comunidade vai sendo cercada por indústrias que dificultam os principais acessos à localidade (Figura 17).



Figura 17: Fotografia do acesso à comunidade do Engenho Mercês (estrada de barro). A estrada que acessa a comunidade não é sinalizada e está cortada por uma via de acesso de uma das indústrias do entorno (asfaltada e com meio-fio). Fotógrafa: Karla Augusta Silveira (17.11.2009).

A comunidade está destinada a desaparecer juntamente com as vegetações de mangue e de fruteiras que ali existem. Esta problemática é percebida pela organização comunitária, porém não há proatividade da parte dela para enfrentamento dessa questão. Apesar da percepção da existência de impactos socioambientais dos empreendimentos sobre a comunidade, não foi verificado no momento da pesquisa a existência de conflito manifesto, mas apenas em potencial.



Figura 18: Fotografia do rio Tatuoca na comunidade do Engenho Mercês com intervenção de obras de drenagem pluvial oriunda dos empreendimentos de construção de estradas, alterando o regime de marés em partes do estuário. Fotógrafa: Karla Augusta Silveira (17.11.2009).

Observa-se na comunidade do Engenho Mercês um espaço social que ainda vem sendo utilizado pelos seus residentes como espaço de “valor de uso”, demonstrado pela interação de todos os agentes sociais no seu cotidiano, ao utilizar-se dos recursos naturais, mangue e fruteiras, inerentes aos pequenos modos de produção, inerentes aos grupos mais vulneráveis no processo da dominação do capital sobre a terra e o campo (LEFEBVRE, 1991b; ROSSINI, 2009).

5.2.4 Conflito socioambiental nas comunidades de Praia de Gaibu, Águas Compridas e Vila Cepovo

As comunidades de Praia de Gaibu (S 08° 20' 32, 9" W Gr 34° 57' 0, 59"), Águas Compridas ("S 08° 20' 23" W Gr 35°57' 36") e Vila Cepovo (S 08° 20' 46" W Gr 34° 57' 42,5') localizam-se no litoral sul do município do Cabo de Santo Agostinho. Partes de seus territórios pertencem ao CIPS e outras não, apresentando regiões de mata atlântica, presença de alguns sítios e aglomerados urbanos em expansão.

No momento da pesquisa não se identificou nenhum conflito socioambiental manifesto, porém, verificou-se um conflito latente a envolver essas três comunidades e o poder público local em relação à instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) nas terras das Comunidades de Cepovo e Águas Compridas.

A ETE a ser instalada é proveniente do Sistema de Saneamento Integrado da Praia de Gaibu que está em processo de ampliação e construção (Figura 19). As comunidades de Cepovo e Águas Compridas se sentem ameaçadas com a instalação do referido empreendimento que, segundo suas lideranças comunitárias, apenas beneficiará a Praia de Gaibu, trazendo consequências negativas do ponto de vista sanitário para as moradias próximas à ETE.

Além desse conflito, as comunidades supracitadas desenvolvem ações reivindicatórias aos órgãos públicos locais e à Suape, reivindicando projetos sociais referentes a cursos de profissionalização para jovens e adultos visando às empresas do CIPS, doações de cestas básicas, e melhorias na saúde, educação e segurança pública, entre outros.



Figura 19: Fotografia de placa indicativa das obras de ampliação e implantação do sistema de saneamento integrado da Praia de Gaibu (10.11.2009). Fonte: Karla Augusta Silveira.

Além desse conflito socioambiental, identificado em áreas das comunidades supracitadas situadas dentro do CIPS, é importante salientar que outros processos conflituosos inerentes ao modo de apropriação da natureza vêm ocorrendo com populações nativas que moravam à beira-mar, mas que devido à urbanização da orla pela instalação de loteamentos para dinamização do turismo litorâneo, tiveram suas moradias relocadas para o interior do litoral, inclusive para terras pertencentes à Suape.

Silva (2007) investigou estes processos geradores de conflitos socioambientais destacando a influência do turismo na apropriação do espaço de populações nativas da orla de Gaibu e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais. Esses conflitos, apesar de não estarem ocorrendo dentro do CIPS, e portanto, não se enquadram como objeto de pesquisa desta dissertação, produzem rebatimentos no modo de vida de populações tradicionais situadas dentro do Complexo, que demandam continuamente do poder público e de Suape projetos sociais para melhoria das condições de vida.

5.2.5 Conflitos socioambientais na Ilha de Tatuoca

A Ilha de Tatuoca localiza-se na Zona Industrial Portuária do CIPS no município de Ipojuca nas coordenadas geográficas S 08° 22' 43,7" W Gr 34°58' 57,6". É uma ilha fluvial assentada no estuário dos rios Tatuoca e Massangana. Nessa ilha está sendo instalado o Estaleiro Atlântico Sul, um dos empreendimentos mais impactantes do ponto de vista ambiental e social pela magnitude de alterações geológicas na bacia estuarina, supressão de manguezais com perda de biodiversidade, alteração de paisagem, poluição atmosférica, deslocamento de populações tradicionais com destruição de modos de vida, etc.

Segundo a liderança comunitária a ocupação da ilha vem se dando há aproximadamente 200 anos. Atualmente a comunidade possui 53 famílias cujas parcelas de terra são passadas de geração em geração. A maioria vivia exclusivamente da agricultura de autoconsumo e da pesca numa relação metabólica com o manguezal. Hoje, grande parte dos moradores tenta sobreviver mediante trabalho assalariado em empresas próximas. O Estaleiro Atlântico Sul, por exemplo, disponibilizou 60 vagas de emprego para a comunidade, mas nem todos puderam se adequar aos perfis profissionais e de escolaridade exigidos pelos cargos (ENTREVISTA Nº 28 de 22.11.2009).

Todos os moradores estão destinados a saírem da ilha que será totalmente ocupada por empreendimentos industriais portuários. Uma parte da ilha se encontra cercada restringindo o acesso de moradores e visitantes que só ocorre mediante comunicação prévia de Suape e do Estaleiro, e em alguns casos, mediante autorização com acompanhamento de escolta de vigilância privada (Figura 20).



Figura 20: Fotografia do acesso à Comunidade da Ilha de Tatuoca construída pelo Estaleiro Atlântico Sul (22.11.2009). Fonte: Karla Augusta Silveira.

No momento da pesquisa a comunidade através da sua associação comunitária encontrava-se envolvida em conflitos manifestos nas categorias: agrário-fundiário e socioambiental. O conflito agrário-fundiário refere-se ao processo de retirada total dos moradores da ilha em processo de negociação entre a associação dos moradores e o Governo do Estado (Suape e Companhia Estadual de Habitação – CEHAB) buscando garantir direitos ameaçados pelo processo de ocupação da ilha por empreendimentos industriais e portuários capitaneados por Suape.

Até o momento, a proposta de negociação se estabelece da seguinte maneira: a) as indenizações e a retirada dos moradores deverão ocorrer ao mesmo tempo, evitando as negociações e saídas individualizadas; b) a retirada dos moradores para outra localidade deverá ocorrer quando o conjunto residencial (Nova Tatuoca) estiver totalmente concluído e pronto para moradia (Figura 21); c) O prazo para que todo esse processo se efetive é até fevereiro de 2010, caso não ocorra, a pretensão das lideranças comunitárias é estabelecer um movimento de luta pela permanência na ilha conforme fala da liderança comunitária transcrita abaixo:

Nós fizemos uma proposta para o Governador: Que fosse feito a relocação dos moradores da Ilha de Tatuoca para o conjunto residencial Nova Tatuoca e que todos tivessem direito a benfeitorias. O Estado concordou, porém, nos sugeriu um auxílio moradia para que quando as casas estivessem prontas seria feita a relocação. Mas, nós não aceitamos, pois se eles hoje estão precisando da área e estão com essa demora, imagina com nossa saída! Aí é que demoraríamos a entrar em nossa agrovila como eles nos prometeram. Suape, então, nos deu prazos para conclusão do conjunto residencial: O primeiro foi em dezembro de 2008, não tinham nem começado a construção das casas; o segundo prazo foi em setembro de 2009, que também não cumpriram o prazo; e o último prazo é agora para fevereiro de 2010. Caso eles na terminem a agrovila em fevereiro, nós iremos recomeçar as nossas plantações e construções de novas casas e faremos uma mobilização com a comunidade [...] vamos resistir e se for preciso usaremos a força. Quando fizermos duas ou três vezes e a imprensa chegar vai todo mundo saber que nós estamos prejudicados pelo empreendimento do Estaleiro. Nós não somos contra o empreendimento, mas, o que queremos é que o empreendimento respeite os nativos, nossos direitos de morar na terra dos nossos avós e pais (ENTREVISTA Nº 28 de 22.11.2009).

O depoimento acima citado demonstra como os conflitos socioambientais são fortemente evidenciados tomando formas de movimentos sociais que procuram dar caráter público a direitos ameaçados e às injustiças ambientais (ACSELRAD, 2004; NUNES, 2010).



Figura 21: Fotografia da placa indicativa da construção do Conjunto Residencial Nova Tatuoca em terras do Engenho Tiriri (22.11.2009). Fonte: Karla Augusta Silveira.

Quanto ao conflito socioambiental foram observados problemas relacionados aos impactos ambientais do Estaleiro Atlântico Sul, especialmente quanto à

construção de um dique de enrocamento sem observância aos requisitos legais da Licença de Instalação concedida pela CPRH.

Conforme informações levantadas por organizações não governamentais de luta de direitos que apóiam a comunidade da Ilha de Tatuoca, a construção ilegal do dique de enrocamento provocou uma série de impactos ambientais que prejudicou as atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha (pesca artesanal, captura do camarão, do caranguejo, da ostra, etc.) devido às alterações que esta obra causou ao movimento das marés (Figuras 22 e 23).



Figura 22: Fotografias do dique de enrocamento (acesso provisório à Ilha) em ângulos diferentes. Fonte: ASPAN (Ofício 01/2008).



Figura 23: Fotografia de pescador com dificuldade na captura artesanal do camarão no estuário do rio Tatuoca no trecho do dique de enrocamento do acesso provisório à ilha (22.11.2009). Fonte: Karla Augusta Silveira.

Diante dessa situação a Associação dos Moradores da Ilha de Tatuoca com apoio da Associação Pernambucana de Defesa do Meio Ambiente (ASPAN), o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Terra de Direitos formalizou em 2008 denúncia ao Ministério Público Federal contra Suape e o Estaleiro Atlântico Sul, exigindo: 1) O imediato desfazimento do Dique de Enrocamento construído sobre o rio Tatuoca; 2) Autuação da empresa responsável pela obra, observando as responsabilidades civis e criminais decorrentes dos danos ambientais causados pela construção e manutenção da obra sabidamente danosa e em desacordo com a licença de instalação concedida; 3) Indenização à população tradicional da Ilha de Tatuoca, pelos danos materiais e morais, por ter sido privada de seus meios de sobrevivência, e de seu *modus vivendi*, responsabilizando a empresa que executou a obra de acesso provisório à ilha de Tatuoca, a que se beneficiou da obra, e o Complexo Industrial Portuário de Suape. Até o momento da pesquisa, o processo ainda se encontrava em tramitação no Ministério Público Federal.

O conflito socioambiental evidenciado na Ilha de Tatuoca demonstra claramente a luta entre interesses privados e interesses públicos em torno de aspectos relacionados à apropriação da natureza que resulta numa distribuição ecológica desigual do modo como se produz o “espaço ambiental” (ACSELRAD, 1992; RAMOS, 2003).

A produção desigual do “espaço ambiental” pelo capital evidencia como a injustiça ambiental ganha “legitimidade” dentro das políticas ambientais, em que a classe capitalista obtém respaldo para apropriação da natureza em detrimento de grupos que mantinham relações metabólicas com a terra, rios e manguezais, mas que por conta do “desenvolvimento” foram expropriados e tiveram seu modo de vida degradado de forma irreversível.

Essa situação foi evidenciada numa das entrevistas realizadas com um pescador que teve seu modo de vida prejudicado pelo desmatamento de um mangue para instalação do Estaleiro Atlântico Sul. O pescador relatou o questionamento que fez ao Presidente de Suape, na ocasião em que ele, numa audiência pública, informava sobre medidas de compensação ambiental numa área de mata atlântica:

Essa mata que o senhor está plantando, que diz que está plantando, ela dá caranguejo? Ela dá aratu? Dá Siri? Dá ostra? Dá sururu? A mata que o senhor está plantando pra mim não vai servir de nada! Pra mim só vai ter cobra, lagartixa, calango. Pra mim, eu não vivo disso! Eu vivo do caranguejo, siri e aratu (ENTREVISTA Nº 28 de 22.11.2009).

Como visto, o conflito acima mencionado se emerge na medida em que um grupo (Estaleiro Atlântico Sul) se utiliza do espaço em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais (Ilhéus de Tatuoca) possam fazer de seu território para assegurar a reprodução do seu modo de vida, conforme destaca Acselrad (2005).

Tal exemplo demonstra que o modo como o espaço é produzido socialmente, faz com que os seus elementos naturais, considerados um bem comum, sejam subordinados às lógicas de reprodução do modo de produção capitalista (BARROS; SILVEIRA; GEHLEN, 2009). Para efeito de síntese das informações segue abaixo o quadro analítico do conflito socioambiental acima descrito (Quadro 06).

Conflitos Socioambientais	Objeto de confronto	Atores	Posicionamento	Apoiadores	Mediadores	Forma de Participação
Conflito entre moradores da Ilha de Tatuoca e as empresas Suape e Estaleiro Atlântico Sul quanto à instalação de empreendimento impactante.	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e hídrica.	<ol style="list-style-type: none"> Suape Estaleiro Atlântico Sul 	Permanência da construção de um dique de enrocamento sem observância aos requisitos legais da Licença de Instalação concedida pela CPRH.	---	CPRH Ministério Público Estadual	Movimento Social
		<ol style="list-style-type: none"> Associação de Moradores da Ilha de Tatuoca 	<p>Constatação da existência de graves indícios de violações à legislação que tutela o meio ambiente, bem como às condicionantes estabelecidas na Licença de Instalação concedida pela CPRH ao Estaleiro Atlântico Sul para construção do acesso provisório à Ilha de Tatuoca, ocasionando diversos impactos às atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha. Encaminhamento de denúncia à CPRH e ao Ministério Público. Os reclamantes exigem:</p> <ol style="list-style-type: none"> O imediato desfazimento do Dique de Enrocamento construído sobre o rio Tatuoca; Autuação da empresa responsável pela obra, observando as responsabilidades civis e criminais decorrentes dos danos ambientais causados pela construção e manutenção da obra sabidamente danosa e em desacordo com a licença de instalação concedida; Indenização à população tradicional da Ilha de Tatuoca, pelos danos materiais e morais, por ter sido privada de seus meios de sobrevivência, e de seu <i>modus vivendi</i>, responsabilizando a empresa que executou a obra de acesso provisório à ilha de Tatuoca, a que se beneficiou da obra, e o Complexo Industrial Portuário de Suape. 	ASPAN Terra de Direitos Cendhec		

Quadro 06: Análise do conflito socioambiental na Ilha de Tatuoca.

5.2.6 Conflito socioambiental nos Engenhos Arandepe, Bitá, Campi, Pirajá, Tabatinga e Alagado/Penderama

O conflito socioambiental nos Engenhos Arandepe, Bitá, Campi, Pirajá, Tabatinga e Alagado/Penderama é um conflito relacionado ao controle de recursos naturais, especificamente terra, água e conservação da biodiversidade. Envolve 06 comunidades rurais localizadas no entorno das barragens de Bitá e Utinga e a empresa Suape. O conflito socioambiental se constituiu a partir da dimensão ambiental que os atores envolvidos atribuíram ao embate, especialmente Suape, que mediante seu Plano Diretor, estabeleceu as áreas do entorno dos referidos mananciais como áreas de preservação ecológica, onde está prevista a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o que implica na retirada completa dos ocupantes dessas áreas.

O início da ocupação das referidas terras iniciou-se em 1986 no Bitá (Engenho Conceição Nova) através de um grupo de trabalhadores sem-terras desvinculados de qualquer grupo organizado. Esse grupo inicialmente recebeu apoio de uma associação comunitária – Associação de Barra de São Miguel – que aos poucos foi contribuindo para organização do movimento. Em 1989, o movimento foi integrado ao Movimento dos Sem Terras de Pernambuco, liderado na época por Bruno Maranhão, que planejou e executou uma ocupação mais ampla das terras de Suape, ocupando as demais áreas do entorno das barragens do Bitá e Utinga.

Desde então, os pequenos agricultores ocupantes dessas áreas sempre estiveram envolvidos em confrontos diretos com a administração de Suape quanto ao uso das terras, sofrendo restrições e repressão quanto ao plantio de determinadas lavouras, bem como, à construção de casas e benfeitorias.

Com o aumento da instalação de novos empreendimentos no CIPS, especialmente os de grande porte, como a Refinaria (Petrobrás) e todo o pólo petroquímico a ela atrelado, a preocupação de garantir o abastecimento de água para a operação dessas indústrias se tornou algo prioritário e estratégico para esses empreendimentos. Para tanto, a idéia de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no entorno dos mananciais de Bitá e Utinga se consolidou como uma das principais “preocupações ambientais” de Suape, cujos recursos da compensação ambiental da Refinaria e de outros empreendimentos atrelados já foram direcionados para este tipo de ação.

Diante dessa realidade, Suape iniciou um trabalho de levantamento e cadastramento de todas as ocupações existentes na área de implantação da Unidade de Conservação, visando definir um processo de indenização e retirada dos ocupantes. Tal processo foi concebido por Suape para ser operacionalizado de forma individualizada em que a negociação da indenização dar-se-ia diretamente entre Suape e as famílias a serem retiradas.

As organizações dos pequenos agricultores não satisfeitas com o processo individualizado de negociação e visando garantir direitos sociais há muito tempo demandados, iniciaram um movimento social para confrontar essas iniciativas promovidas pelo Governo do Estado.

A partir daí foi criado um Grupo de Trabalho entre organizações dos pequenos agricultores (Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá; Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape - Fazenda dos Trabalhadores; Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga II), Movimento de Libertação dos Sem Terra e o Governo do Estado (Suape e CPRH).

As organizações dos pequenos agricultores integrantes no Grupo de Trabalho concordam com a retirada dos ocupantes, porém, apenas nas seguintes condições: a) que sejam efetivadas indenizações justas para as famílias retiradas; b) que o Governo Estadual garanta a compra de terras para reassentamento dos agricultores; c) que ocorra a construção de casas populares para famílias retiradas de Suape que não serão reassentadas; d) que Suape repasse o Centro de Piscicultura localizado em Tabatinga I para o movimento dos agricultores; e) que se construa uma escola técnica agrícola e um museu da agricultura familiar no local onde hoje é a sede da Fazenda dos Trabalhadores (Arandepe).

Algumas dessas condições ainda se confrontam com a proposta de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral o que vem gerando alguns embates em torno das negociações quanto ao uso das terras.

Até o momento da pesquisa nenhuma dessas propostas foram atendidas e nenhum prazo foi estabelecido, no entanto, o processo de cadastramento das famílias para fim de indenização está bastante avançado, sendo acompanhado de forma permanente pelo Grupo de Trabalho que se reúne periodicamente para discussões.

Segundo lideranças comunitárias participantes do Grupo de Trabalho, a retirada das famílias e o processo de negociação estabelecido com Suape é um

momento oportuno para os pequenos agricultores que não aguentam mais a estagnação produtiva oriunda das restrições e repressões de Suape quanto ao uso das terras. Esse sentimento é expresso de forma contundente conforme a fala de uma liderança comunitária envolvida no processo:

Tem gente que tá com pena porque tá perdendo seus sítios, mas pra mim, na minha avaliação, tá chegando uma hora certa, até porque essa terra não ajuda mais o trabalhador: Ela cansou, porque a Empresa [Suape] nunca deu a mão pra gente tratar a terra e fortalecer ela. Já que a gente não consegue, na minha avaliação, o mais certo é indenizar o povo. Para o homem que produz essa terra não dá mais. Eles [Suape] não querem que se fortaleça a terra com adubo, máquinas pra virar, pra depois plantar lavoura. Ela [terra] hoje tá dando muito pé de caju e jaca. Não tá botando o suficiente porque todos esses pezinhos de fruta precisam de reforço e o povo não tem capacidade de produzir (ENTREVISTA Nº 12 de 13.11.2009).

O processo de negociação do movimento social com o Estado está ocorrendo de forma branda. No entanto, a possibilidade de formas contenciosas de confronto pode ocorrer caso ocorram entraves na garantia das reivindicações do movimento social por parte do Governo do Estado. Segundo relatos de lideranças atreladas ao movimento, Suape poderá “parar” mediante protestos públicos com obstrução das principais vias de acesso ao CIPS, que atrairão a atenção da opinião pública à situação dos pequenos agricultores ocupantes das suas terras.

O exemplo de conflito socioambiental descrito acima e sua forma de participação social (luta por conquista de direitos) demonstram como a luta pela justiça ambiental é marcada pela resistência de grupos sociais desfavorecidos política e economicamente à supremacia das intervenções no espaço pelas elites e grupos políticos que dele se apoderam, cujas decisões sobre a regulação do uso e ocupação do solo são produzidas de “cima pra baixo”, privilegiando alguns segmentos da sociedade em razão de seus poderes econômicos, políticos e sociais, como destacam Zhouri, Laschefski e Pereira (2005). Para efeito de síntese das informações segue abaixo o quadro analítico do conflito socioambiental acima descrito (Quadro 07).

Conflitos Socioambientais	Objeto de confronto	Atores	Posicionamento	Apoiadores	Mediadores	Forma de Participação
Conflito de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bitá e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.	Terra, água e conservação da biodiversidade.	1. Suape	Defende a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no entorno dos mananciais do Bitá e Utinga, com a retirada total de todos os ocupantes da área. A idéia é garantir pleno abastecimento de água para empreendimentos do CIPS, especialmente para a Refinaria.	Petrobrás CPRH	Foi estabelecido um Grupo de Trabalho para executar o processo de negociação entre o movimento dos agricultores com Suape. O grupo de trabalho é composto por representantes de: 1. Suape. 2. CPRH. 3. Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape. 4. Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá. 5. Associação dos Moradores de Tabatinga II. 6. MLST.	Movimento Social.
		1. Associação dos Pequenos Agricultores e Criadores de Pirajá I; 2. Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá; 3. Centro de Apoio aos Micros Plantadores e Criadores do vale do Ipojuca (CAMPI); 4. Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape (Fazenda dos Trabalhadores). 5. Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga I; 6. Associação dos Moradores de Tabatinga II; 7. Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tabatinga III. 8. Associação do Alagado/Penderama.	Concordam com a retirada, porém, lutam para garantir os seguintes direitos: 1. Indenização justa das famílias retiradas. 2. Compra de terras para reassentamento dos agricultores. 3. Construção de casas populares para famílias retiradas de Suape que não serão reassentadas. 4. Repasse do Centro de Piscicultura para o movimento dos agricultores. 5. Construção de uma escola técnica agrícola e um museu da agricultura familiar no local onde hoje é a sede da Fazenda dos Trabalhadores (Arandepe).	MLST		

Quadro 07: Análise do conflito socioambiental de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bitá e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.

5.3 Participação social nos conflitos socioambientais

Os casos de conflitos socioambientais existentes no CIPS demonstram como a participação social é um elemento essencial na dinamização de processos de confronto em torno das contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço. Nos 06 casos observados (latentes ou manifestos) o conflito socioambiental apenas se configurou mediante o posicionamento de atores sociais concretos, que defendiam pontos de vistas diferentes diante do uso da terra e de seus elementos naturais e que criaram uma dimensão ambiental para suas lutas.

Diante da problemática dos conflitos socioambientais não se observou nenhuma participação social do tipo “participação de consenso ou por cooperação” conforme referenciado no item 4.3 deste estudo. Em nenhuma estrutura organizacional do CIPS há espaços institucionalizados de gestão compartilhada ou participativa que envolva em processos decisórios a participação das organizações comunitárias representantes das populações residentes no território do CIPS.

Contudo, a empresa Suape motivada pelas lideranças de associações comunitárias inseridas no CIPS, vem realizando de forma sistemática (uma vez ao mês) encontros de articulação visando discutir assuntos diversos de interesses do Governo do Estado quanto ao território de Suape, quanto de interesses das próprias comunidades com relação aos processos de retirada e indenização de moradores, promoção de cursos de “profissionalização” para jovens e adultos (lancheiros, jardineiros, cabeleireiro, garçom, etc.) e ações de assistencialismo. Segundo relatos de lideranças comunitárias, os encontros, eventualmente e de forma paralela, servem também para promoção de “articulações políticas” entre políticos na região que usam sua influência para “distribuir” vagas de emprego e de cursos profissionalizantes no CIPS em troca de favores políticos.

Dos conflitos socioambientais identificados, apenas os manifestos são passíveis de análise quanto à participação social, uma vez que são conflitos concretos e não potenciais. Esses dois conflitos foram analisados nessa perspectiva identificando em ambos os casos a participação social do tipo “como processo de luta pela conquista de direitos” que se desenvolve mediante movimento social.

Objetivando uma análise sintética dessa forma de participação nos conflitos socioambientais manifestos identificados no CIPS, o Quadro 08 abaixo relaciona de

forma específica as propriedades empíricas dos movimentos sociais observados em cada caso.

Participação social como processo de luta pela conquista de direitos					
Conflito socioambiental	Propriedades empíricas dos movimentos sociais				
	Desafio Coletivo	Objetivo Comum	Solidariedade e Identidade coletiva	Sustentação do Confronto	Oportunidades e Restrições Políticas
Caso da Ilha de Tatuoca	Enfrentar Suape e o Estaleiro para garantia dos direitos à terra e moradia, à continuidade do modo de vida e ao meio ambiente equilibrado.	Garantir terra e moradias dignas para todos os habitantes da Ilha de Tatuoca.	Os participantes do movimento se vêem como sujeitos de direitos, como nativos que precisam ser ouvidos e considerados.	Disposição de enfrentamento até as últimas conseqüências	Apoio de organizações não governamentais influentes e abertura para negociação parte do governo e do empreendimento.
Caso das Comunidades do entorno dos mananciais de Bitá e Utingá.	Enfrentar Suape para garantia de melhores condições de vida para os pequenos agricultores que sairão das terras destinadas à criação de uma unidade de conservação.	Garantir um novo assentamento para os pequenos agricultores retirados e melhores condições para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.	Os participantes do movimento se vêem como sujeitos de direitos, com direito à terra, à moradia e a melhores condições de produção rural.	Disposição de enfrentamento até as últimas conseqüências	Apoio de organizações não governamentais influentes e abertura para negociação parte do governo.

Quadro 08: Análise sintética da forma de participação nos conflitos socioambientais manifestos identificados no CIPS.

O que se pode observar nessa análise sintética é que praticamente não existem restrições para o desenvolvimento de movimentos sociais, pelo contrário, as oportunidades são bastante evidentes, tendo em vista a facilidade que as organizações comunitárias têm em desenvolver redes sociais de articulação institucional com outros atores objetivando fortalecer suas ações reivindicatórias. Tudo isso é facilitado e potencializado com a disponibilidade que estas organizações têm em acessar e compartilhar instantaneamente informações mediante recursos tecnológicos como a *internet*.

Não obstante, a atual gestão estadual, especificamente de Suape, apresenta uma postura mais aberta para negociação e menos propensa para a repressão, criando espaços de diálogos entre o governo e as organizações comunitárias, apesar de não existir espaço institucional de gestão compartilhada dentro da estrutura política e organizacional do CIPS.

O que se pode concluir do estudo é que diante do grande número de organizações comunitárias existentes no CIPS, essas entidades ainda são um

recurso subutilizado de participação social, especialmente no que diz respeito ao “processo de luta pela conquista de direitos”.

A subutilização da participação deve-se a um conjunto de fatores sociais e econômicos inter-relacionados, um deles são as culturas políticas de subserviência típicas no contexto político do Brasil, que descaracterizam as lutas democráticas (DOWBOR, 1994).

Além dos fatores relacionados à cultura política de subserviência, e perpétua dependência ao poder político característica do modelo neoliberal, aspectos relacionados à disparidade educacional dos atores envolvidos também são fatores que inviabilizam ou subutilizam a participação social na mediação dos conflitos socioambientais, seja por meio da cooperação ou movimento social.

A disparidade educacional entre os atores sociais envolvidos no processo de gestão pública ou mediação de conflitos influencia na compreensão dos problemas e inviabiliza a elaboração de argumentação, sugestões e proposta por parte dos grupos fragilizados educacionalmente, que terão que defender seus interesses diante de pessoas preparadas tecnicamente para resguardar interesses de grupos econômicos (ASSUNÇÃO, 2006).

As análises dos conflitos socioambientais manifestos demonstram que as comunidades envolvidas nos referidos conflitos vêm buscando ao longo do processo de luta equacionar os fatores político-culturais e educacionais que prejudicam a participação.

Sem a busca da superação dos fatores que inviabilizam e subutilizam a participação social torna-se cada vez mais difícil o estabelecimento de conflitos sociais mesmo existindo uma realidade concreta de problemas. O que se observou no estudo das relações entre as comunidades do CIPS e Suape são processos crônicos de dominação, onde os excluídos pelo sistema se submetem fatalisticamente à situação de opressão mantida pelo sistema neoliberal, que usa de artifícios para que as comunidades se considerem sujeitos sem direitos, inclusive do direito à participação.

A ideologia do crescimento econômico para a classe dominante sobrepõe os direitos do ser humano em conviver no espaço como um produto social, predominando no referencial empírico da pesquisa, o espaço como meio de controle e instrumento de dominação e poder (Lefebvre, 1991b).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto neste trabalho, algumas considerações necessitam ser levantadas relacionando as principais idéias e conceitos trabalhados no referencial teórico com relação à realidade observada e trabalhada no referencial empírico, fechando assim, o conjunto dos objetivos da pesquisa.

O estudo, de um modo geral, evidenciou que a produção social do espaço possui profundos rebatimentos nos conflitos socioambientais. Demonstrou também que a compreensão da geograficidade dos conflitos socioambientais é importante no estudo desses conflitos, por ser o espaço geográfico um elemento significativo nas relações conflituosas de apropriação da natureza que caracterizam o conflito socioambiental. Nesse sentido, as idéias de Henri Lefebvre (1991) e Milton Santos (2006) acerca da constituição do espaço e de seu processo social de produção se mostraram úteis para contextualizar de forma macro situações concretas evidenciadas no referencial empírico trabalhado.

O trabalho empírico demonstrou à luz da teoria que o espaço produzido no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) apresenta contradições e conflitos oriundos da tensão entre dois tipos de “espaços”, que Lefebvre (1991) chama-os de “espaço abstrato” e “espaço social”.

A tensão entre “espaço abstrato” (espaço concebido e planejado para a produção industrial e portuária) e o “espaço social” (dos múltiplos usos, inclusive dos pequenos agricultores posseiros no território do CIPS que vêm perdendo ao longo dos anos a capacidade produtiva e suas terras) produz na cotidianidade conflitos sociais de várias ordens, inclusive o socioambiental, produzindo diversos “espaços diferenciais” que se opõem ao “espaço abstrato” que busca impor continuamente sua ideologia de organização espacial em favor dos interesses do Estado e da classe capitalista.

Nesses “espaços diferenciais”, de onde emergem os conflitos sociais, formas de participação social e de apropriação alternativa do espaço se apresentam evidenciando as contradições do “desenvolvimento” sócio-econômico e “ambiental” no contexto do capitalismo e do Estado desenvolvimentista.

Essas contradições e produção de “espaços diferenciais” (conflitos) se evidenciam quando se produz no seio do Estado políticas que privilegiam a “produção do espaço” para grupos sociais da classe dominante em detrimento das

classes sociais menos favorecidas. Exemplos claros disso são demonstrados em todos os casos de conflitos socioambientais identificados na pesquisa, em especial, nos casos dos conflitos socioambientais de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bita e Utinga para fins de reflorestamento e conservação dos mananciais e da Ilha de Tatuoca, ambos localizados no CIPS.

Esses casos de conflito socioambiental demonstram claramente que existem políticas socioambientais que atendem à classe capitalista legitimando seus empreendimentos causadores de poluição e impactos ambientais. Essa legitimação se dá através de processos burocráticos e legais (licenciamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, EIA/RIMA, etc.).

O estudo também mostrou que existem políticas que atendem aos “ambientalistas conservacionistas” mediante instrumentos e medidas de “compensação ambiental” advindas de recursos financeiros dos próprios empreendimentos impactantes (mínimo de 0,5% do valor total do empreendimento), e que inexistem políticas que atendam às necessidades das populações que mantinham relações metabólicas com a natureza, mas que por conta desses empreendimentos foram expropriadas e tiveram seu modo de vida degradado de forma irreversível, gerando de uma maneira geral, a produção de um espaço geográfico desigual.

Nesse sentido, ao se produzir um espaço geográfico, cujo processo de produção é essencialmente social, sem se consultarem os interesses de populações vulneráveis, se está produzindo uma modernização defeituosa que empobrece cada vez mais os mais pobres, ao mesmo tempo em que se enriquecem grandes grupos econômicos. Essa questão faz levantar uma consideração importante, a de que o planejamento do desenvolvimento, para corrigir os males sociais, deve colocar a variável “qualidade vida” (elementos qualitativos atrelados aos valores de uso do espaço e sua produção) acima da variável “acumulação do capital”.

Os expropriados e excluídos das políticas socioambientais vigentes não se constituindo vítimas passivas desse processo injusto, passam a criar seus “espaços diferenciais” mediante organização de movimentos sociais, manifestando seus desacordos, suas dificuldades, suas revoltas e suas reivindicações, se colocando também como portadores de projetos alternativos de interação com o meio ambiente, mas não tendo a força política do capital.

No caso dos conflitos socioambientais, eles constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas em torno das contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço. Nesse aspecto, a participação social torna-se um elemento essencial que dinamiza processos de confronto, ao mesmo tempo em que busca abrir processos de diálogos e negociação entre opositores.

A pesquisa demonstrou a existência de apenas dois conflitos socioambientais manifestos no território do CIPS, os únicos passíveis de análise quanto à participação social. Esses dois conflitos apresentaram processos de participação social do tipo “luta pela conquista de direitos” que se desenvolve mediante movimento social.

De uma maneira geral, apesar da pesquisa ter identificado apenas 06 conflitos socioambientais (02 manifestos e 04 latentes), 17 das comunidades inseridas no território do CIPS, mediante suas organizações comunitárias, reconheceram estar em algum processo de conflito social relacionado ao uso da terra e de seus elementos. Ao todo são 27 comunidades existentes no CIPS.

Tais conflitos se configuram de várias maneiras a partir do controle de Suape sobre os posseiros, ora ditando restrições quanto ao uso da terra, determinando o que os agricultores poderiam plantar e construir nos seus lotes. Muitas dessas restrições, quando não “obedecidas” vieram a produzir ações repressoras por parte de Suape contra os pequenos agricultores e demais posseiros das terras. Essas repressões e restrições variaram em força e intensidade de acordo com os governos e gestões que se estabeleciam e se sucediam, porém nunca deixaram de existir.

Todo esse processo vem gerando um quadro crônico de estagnação sócio-econômica dos pequenos agricultores posseiros do CIPS. Essa estagnação foi evidenciada pelo estado de abandono que as comunidades rurais se encontram quanto às ações do poder público local nos aspectos de moradia, educação, saúde, transporte, estradas e assistência técnica rural.

Outro fator também contribui para o agravo desse problema, como o fato dos agricultores não possuírem a titularidade da terra, dificultando o acesso a créditos, uma vez que a implantação de projetos produtivos se dá com a prévia anuência de Suape, que na maioria das vezes coloca obstáculos. Ao se perguntar a um agricultor por que Suape restringia tanto o desenvolvimento da agricultura em suas terras, ele respondeu: “É para que Suape não tenha que pagar uma indenização alta pelas benfeitorias e lavouras, caso ela precise de imediato da terra” (ENTREVISTA Nº 27

de 21.11.2009). Essa concepção é compartilhada por todas as lideranças comunitárias entrevistadas, e faz reforçar a idéia de como o valor de troca das terras se sobrepõe ao valor de uso. Essa noção também justifica a falta de investimentos públicos em todas as áreas sociais e econômicas por parte do poder local.

Diante de todo um cenário de conflitos e contradições, e apesar de existir um grande número de organizações comunitárias no CIPS (28 ao todo), essas entidades são recursos subutilizados de participação social, especialmente no que diz respeito ao “processo de luta pela conquista de direitos”, porém são importantes elementos de resistência para os pequenos agricultores diante das situações adversas que lhes são impostas.

Tal subutilização atrela-se a um conjunto de fatores sociais e econômicos inter-relacionados. Entre eles tem-se as culturas políticas de subserviência típicas no contexto político do Brasil, que descaracterizam as lutas democráticas, e os aspectos relacionados à disparidade educacional dos atores envolvidos nos conflitos, que inviabilizam ou subutilizam a participação social na mediação dos conflitos socioambientais, seja por meio da cooperação ou movimento social.

No processo de gestão pública ou mediação de conflitos a disparidade educacional entre os atores sociais envolvidos prejudica a compreensão dos problemas e inviabiliza a elaboração de argumentação, sugestões e proposta por parte dos grupos fragilizados educacionalmente, que não conseguem, na maioria dos casos, defenderem seus interesses diante de pessoas preparadas tecnicamente para resguardar interesses econômicos de seus grupos.

Dada esta questão, o que se pode considerar é que sem a superação dessa disparidade educacional e dos consequentes fatores que inviabilizam e subutilizam a participação social, a manifestação de conflitos socioambientais tornar-se-á cada vez mais difícil ou ocorrerá num contexto de subutilização e desvantagem diante das forças sociais de grupos dominantes que se utilizam do Estado para concretização de seus interesses econômicos. Sem essa superação, serão sempre mantidas relações e processo crônicos de dominação, como observado entre as comunidades do CIPS e Suape, onde os mais fracos se submetem, como que “por destino”, à situação de opressão, por terem seus direitos escamoteados por uma ideologia neoliberal e por um Estado que privilegia o econômico em detrimento da justiça socioambiental.

Para alguns pesquisadores o estudo dos conflitos socioambientais possui uma finalidade política por ser possível, através dele, evidenciar as injustiças socioambientais do “desenvolvimento” econômico e tecnológico capitalista. Os atores que, por estarem em situações ou “circuitos” inferiores, não vêm tendo a oportunidade de expor suas preocupações, angustias e sofrimentos reconhecidos pelo Estado nem muito menos pelos seus dirigentes que estão cientes dos riscos socioambientais que estão provocando a populações situadas no CIPS.

Todavia, com base nas referências empíricas desde estudo, Suape já se sente vencedora, mesmo seus dirigentes reclamam ainda por mais liberalismo. Contudo, cabe esperar que alguns entre eles não fiquem insensíveis às reivindicações das comunidades e que sirvam da argumentação apresentada aqui para conduzir o debate no seio da comunidade a que pertencem.

A adesão ao discurso economicista e às leis do mercado, inerentes ao um modelo neoliberal, por parte da classe dirigente e os representantes políticos do Estado vêm provocando exclusão social e pobreza que geram sofrimento e injustiça, manifestações que vêm sendo consideradas como banais.

Os depoimentos aqui analisados nada têm de excepcional, pois é a própria banalidade de um processo que é subjacente à eficácia do sistema econômico neoliberal (DEJOURS, 2008).

A contribuição deste estudo baseia-se na demonstração de que os conflitos socioambientais devem fundamentar-se na mobilização política dos atores sociais contra a injustiça e a adversidade a que estão submetidos.

Ao evidenciar as injustiças socioambientais, os estudos dos conflitos socioambientais demonstram que o capitalismo apesar da modernização que trouxe à sociedade e de incorporar muitas vezes no seu discurso a “sustentabilidade” ainda está muito distante dos pressupostos humanos do verdadeiro desenvolvimento sustentável.

No intuito de dar voz aos excluídos do processo de “desenvolvimento” que ainda perdura na sociedade, este trabalho conclui com uma bela “estória” produzida por uma das lideranças comunitárias entrevistada na pesquisa, que resume de forma simples, porém verdadeira, toda a temática trabalhada e desenvolvida nesta dissertação.

SUAPE ANTES DOS ANOS 1960 E SUAPE DEPOIS DOS ANOS 1960.

Suape é uma linda praia
 Com crôas de pedras e de areias
 Seus rios cortam os manguezais
 Desenhando nossa praia
 Pacatas de águas limpas
 Suas areias são alvas e finas
 Onde namoram os casais
 Debaixo de grandes árvores
 Que sombras a eles trazem

Á beira mar moravam
 Os nativos pescadores
 Homens fortes como gigantes
 Que enfrentam o oceano
 Com suas embarcações
 Trazendo peixes a vontade
 Para vender na cidade
 Transportados a cavalo
 E também em caminhões

Mas quando chegava o inverno
 A pesca diminuía
 Com a chuva e ventania
 Mas na vila existiam
 Muitos pés de bananeira
 De mangueira e fruta-pão
 Banana verde ou vingada
 Machucada no pilão
 Todos da casa comiam
 Nem se lembravam do feijão

Ao redor moravam
 Os nativos agricultores
 Que traziam batata doce
 Macaxeira, milho verde e feijão
 Que os pescadores compravam
 Ou trocavam por siri
 Caranguejo e aratu
 Até mesmo o camarão

E com este troca-troca
 As famílias se uniam
 Estresse não existia
 Nunca se ouvia falar
 E os velhos só eram velhos
 De oitenta anos pra lá

Para alegrar a moçada
 Havia na região
 Ciranda, bumba-meu-boi
 Pastoril, forró e baião
 Sem se esquecer de falar
 Na festa de São João

Após os anos 60
 Começaram divulgar
 Que ia chegar pra cá
 Um porto de navio

Começou chegar também
Forasteiro de porção
Falando com os pescadores
Para alugarem suas casas
Para passarem o verão

Muitos desses forasteiros
Sem ter dó, nem compaixão
Com suas palavras bonitas
E com dinheiro na mão
Findaram comprando as casas
Deixando muitas famílias na mão

E ainda para piorar
Na vila começou a chegar
Os agentes do governo estadual
Enganando o pessoal
Dizendo que o portuário
Iria trazer muito emprego
Para o povo da região
E o povo acreditou
Na mentira do vilão

Começaram a cortar os manguezais
E aterrar os alagados
Acabando com o siri
Caranguejo e aratu
Mariscão e sururu
Unhas de velho e lambe-pau
Fecharam também os rios
De Tatuoca e Ipojuca
Diminuindo o pescado

Deixando os filhos dos pobres
Sem ter na mesa um bocado
Conversando com Valfrido
Um pescador destemido
E com outros seus amigos
Me falaram dos prejuízos
Que o portuário causou

Com o fechamento dos rios
E o aterro dos manguezais
Que é o berço dos peixes
Para produzirem-se e se criarem
Diziam eles chorando
Que a pesca diminuiu
75% deixando o povo sofrendo
Na praia vendo navio

E ainda pra piorar
O governo expulsou
Os nativos agricultores
Lhes dando uma mixaria
Por tudo que eles tinham
Na terra que trabalhou

Saíram muito contentes
Para morarem na cidade
Pensando que era vantagem
Com o dinheiro que ganharam
Coitados se enganaram
Com aquela mixaria
Só compravam uma casinha
Na pobre periferia
Que eles nunca sonharam

E ainda pra piorar
O governo já doou
Para grandes empresários
160 hectares de mangues da região

Dizem esses empresários
Que aqui se vai construir
Um hotel de cinco estrelas
O mais belo do país
Mas também já prometeram
Empregar o povo daqui



Figura 24: Fotografia de Moisés Antônio da Silva, 69 anos de idade, líder comunitário da Vila de Suape, Autor do Poema “Suape Antes de 1960 e Suape Depois de 1960”. Fotógrafa: Karla Augusta Silveira.

Espero que estes empresários
Tenham um bom coração
E cumpram a sua palavra
Para o povo da região
Com espaço de trabalho
Para eles ganharem o pão

Aqui eu vou terminando
Pedindo minhas desculpas
Aos nativos pescadores
Por não ter contado tudo
Mas na minha oração
Vou clamar por proteção
Ao Deus que é dono de tudo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ACSELRAD, Henri. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Meio ambiente e cidadania**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 1992. pp. 18-31.

ACSELRAD, Henri. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil, **mimeo**, trabalho preparado especialmente para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa do Meio Ambiente). **Ofício 01/2008** remetido para a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) referente à denúncia do descumprimentos de requisitos de licença ambiental por parte do Estaleiro Atlântico Sul na Ilha de Tatuoca. Recife, ASPAN, 2008.

ASSUNÇÃO, Francisca Neta Andrade. **A participação social no licenciamento ambiental na Bahia: Sujeito e Práticas Sociais**. Brasília / DF, 2006. 414 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.

BARBANTI JR, O. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. Curitiba Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

BARROS, André Paulo de ; SILVEIRA, Karla Augusta ; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes . Produção do espaço e os conflitos socioambientais na gestão do território. In: Colóquio Internacional Ano da França no Brasil, 2009, Recife. **Anais**. Colóquio Internacional Ano da França no Brasil, 2009.

BARROS, André Paulo de. **A política ambiental e o poder local: uma análise das políticas públicas de meio ambiente do município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil**. Recife: O Autor, 152 folhas. Dissertação (Mestrado). Orientação Vitória Gehlen – Universidade Federal de Pernambuco. PRODEMA, 2009

- BENTON, Ted (ed.). **The greening of marxism**. New York/London: Guilford, 1996.
- CARDOSO, Gil Célio. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.
- COSTA, Geraldo Magela. *A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana*. In: LIMONAD, Ester. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFF, Universidade Federal Fluminense, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/posgeo/ester.pdf>. Acesso em: 09/05/2009.
- COSTA, Geraldo Magela. *Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? Etc...* **Espaço, tempo e crítica**. N° 2(2), VOL. 01, 15 de julho de 2007.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DENZIN, N. K. **The research act**. Chicago: Aldine Publishing, 1979.
- DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- DOWBOR, Ladislau. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FERREIRA, Álvaro. *A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais*. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 01 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 09/05/2009.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**. n. 7, outubro, 2005, pp. 105-118.
- FOLADORI, Guillermo. A reedição capitalista das crises ambientais. **Outubro, Revista do Instituto Socialista**. n. 17. Campinas, SP: Alameda, Out. 2008. p. 190 – 205.
- FUCKS, M. **Arenas de Ação e Ação e debates Públicos: Os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: O Autor, IUPERJ, 1997.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GAMSON, William; MEYER, David. The framing of political opportunity. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (orgs.). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.275-290.

GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Negotiating with the state: the struggle of a low-income community for housing in Recife – Brazil**. London: University of London, 1993 (Tese de Doutorado).

GESTA (Grupo de Estudos em Territórios Ambientais –UFMG). I Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. **Folder**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2(1): 29 - 42, junho de 2004. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso em: 09. 05.2009

GUHA, R.; MARTINEZ-ALIER, J. **Varieties of environmentalism**. Londres: Earthscan, 1996.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology – A Social Constructionist Perspective**. Routledge, Londres, 1995.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London. New York: Versos, 2006.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

JICK, T. D. Mixing quantitative and qualitative methods: triangulation and action. **Administrative Science Quarterly**. 24: 602-611, 1979.

KAKABADSE, Y. **Manual para el desarrollo de diálogos y manejo de conflictos**. Equador: Fundación Futuro Latinoamericano, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991b.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abranham B.; PADILHA, Maria Fernanda F. G. **Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. Disponível em: <http://www.unicap.br/Neal/artigos/Texto7ProfAbraham.pdf>. Acesso em 16.10.2009.

LITLLE, P. E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Universidade de Brasília – Brasil - Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais**: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LITTLE, Paul E. *A ecologia política dos conflitos em torno da pesca na Amazônia. II Seminário META: as transformações socioambientais na Amazônia e as suas consequências*. Brasília, 2003. CD-ROM.

MACHADO, Thiago Adriano; ANDRADE, João Gabriel Nascimento; PONTES, Emílio Tarlis Mendes; VILA NOVA, Fátima Verônica Pereira. **O espaço de fluxos e novas materialidades: O Porto de Suape-PE**. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5730_Machado_Thiago_Adriano.doc. Acesso em 16.10.2009.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDEIROS, A. D. **Fatores intervenientes na competitividade dos portos brasileiros: um estudo de caso do nordeste**. Tese de Mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Engenharia da Produção, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p.19-51.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza**: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NUNES, Marcos Dias. A injustiça ambiental. **Mundo Jovem**. Ano 48, n. 403, fevereiro de 2010.

PACHECO, *et al.* Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 35, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREFEITURA DO CABO. **Diagnóstico socioambiental do Cabo de Santo Agostinho**. Cabo/PE: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 2003.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES E FECHAMENTO DE NEGÓCIO celebrado entre a Cooperativa Agrícola Tiriri LTDA, SUAPE e INCRA. Recife, 1980.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso**: Movimientos sociales y nuevos

conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>

RIBEIRO, Heloisa Bio. A história de Suape: desenvolvimento a qualquer custo. **Cauxi: Comunicação para Organizações e Projetos da Sociedade Civil**. 2008. Disponível em: <http://www.cauxi.com.br/noticias>. Acesso em 18/05/2009.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para compreensão dos conflitos sociais no campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SHESNAIS, François; SEFARTI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. n. 16, Boitempo, São Paulo, 2003, pp. 39-75.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **Conflitos socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais**. Recife: O Autor, 2007, 90 folhas. Dissertação (mestrado). Orientação Vitória Gehlen – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2007.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **O sindicalismo rural e os caminhos para a auto gestão: uma superação do assistencialismo?** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. *A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia*. **Confins**. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5633.html>. Acesso em 09/05/2009.

SUAPE GLOBAL. **DVD Suape 30 anos**. Ipojuca/PE: Suape, 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

THEODORO, Suzi Huff (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

THEODORO, Suzi Huff. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1978.

VAYRYNEN, R. (Ed.). **New directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation**. London: Newbury Park Sage, 1991.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APÊNDICE 02 – Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PESQUISA: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE
PESQUISADORA: KARLA AUGUSTA SILVEIRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO
CIPS

ENTREVISTA PRELIMINAR

1) Qual o nome da comunidade?

2) Há quanto tempo a comunidade existe?

3) Como se deu a ocupação da terra pela comunidade?

4) Qual o nome da organização que representa a comunidade? (Se tiver mais de uma, elencar as organizações por ordem cronológica - da mais antiga para a mais nova)

5) Quem é o representante legal da organização que representa a comunidade? (Se tiver mais de uma organização, elencar os seus respectivos representantes e contatos).

6) Quantas pessoas moram na comunidade? Quantas famílias?

7) Quais os tipos de trabalhos que as pessoas fazem para sustentar a família?

8) Quais os principais problemas sociais e ambientais que existem na sua comunidade?

9) Quais os serviços públicos e infra-estrutura que a comunidade possui?

10) O que a comunidade tem de mais belo e importante que gostaria de preservar?

--

ENTREVISTA PARA IDENTIFICAR CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

1) De tal PROBLEMA ESPECÍFICO, quem são as pessoas ou atores que participam dele?

--

2) Como ou de que forma cada ator ou pessoa contribui para o PROBLEMA?

--

3) O que cada ator ou pessoa envolvida no PROBLEMA está fazendo para resolvê-lo?

--

4) Esse PROBLEMA começou quando? Quais as causas dele? Em que pé está agora?

--

5) O que a comunidade tem feito para enfrentar esse PROBLEMA?

--

OBSERVAÇÕES

--

Local:	
Data:	
Entrevistador:	Karla Augusta Silveira
Entrevistado:	
Idade:	
Ocupação:	
Endereço:	
Contato:	

ANEXO 01 – Relação das organizações comunitárias localizadas no CIPS



Nº	ASSOCIAÇÕES	PRESIDENTE / VICE
1.	ASSOCIAÇÃO DA ILHA DE TAT UOCA	-EDSON ANTÔNIO
2.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSANGANA	- ANTÔNIO HENRIQUE (TOINHO)
3.	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES VILA DOIS IRMÃOS	- ABELARDO LIRA
4.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE TABATINGA I	- ADRIANO FRANCISCO
5.	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE TABATINGA II	- ANTÔNIO SEVERINO
6.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE TABATINGA III	- CLEONICE CRISTINA
7.	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES OCUPANTES DE SUAPE (ARANDEPE)	- VALDECI FELICIANO
8.	ASSOCIAÇÃO DE MERCÊS-IPOJUCA	- IVA SILVA CARVALHO
9.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO ENG. TIRIRI	- JOÃO BATISTA
10.	ASSOCIAÇÃO DO ALAGADO/PENDERAMA	- JOSÉ AMARO DA SILVA
11.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SUAPE	- JOSÉ CARLOS DE SANTANA (BUCHO) - Moisés
12.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ENG. ALGODOAIS	- JOSÉ RICARDO - RONALDO - FRANCIELLY

Nº	ASSOCIAÇÕES	PRESIDENTE / VICE
13.	ASSOCIAÇÃO DE POSSEIROS DE TERRAS DE SUAPE (JURISSACA)	- JOSÉ RUFINO DA SILVA
14.	SOCIEDADE DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE PONTE DOS CARVALHOS (ILHA)	- LAELSON NASCIMENTO (ÍNDIO)
15.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE UTINGA DE BAIXO	- GILBERTO LINO
16.	ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES E CRIADORES DO DISTRITO DE MERCÊS E UTINGA DE CIMA	- MOISÉS DOS ANJOS
17.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ENG. BOA VISTA	- SEVERINO DIAS - ADELINA
18.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE ROSÁRIO	- REGINALDO CÂNDIDO
19.	MOVIMENTO DOS MORADORES DA VILA CLAUDETE	- AMARO FERREIRA
20.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ENG. SERRARIA E ADJACÊNCIAS	- JOSÉ LUIS - JONATAS
21.	ASSOCIAÇÃO DE CAMPI	- MARIA DE LOURDES
22.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E CRIADORES RURAIS DO ENGENHO DE CONCEIÇÃO NOVA (BITA)	- MÁRIO ANTÔNIO
23.	ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES E CRIADORES DE PIRAJÁ	- MARCOS ANTÔNIO
24.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DE GAIBU	- CRÉLIO JOSÉ DA SILVA - LUCIANA KAUFMANN
25.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ÁGUAS COMPRIDAS/TIRIRI DE FORA	- CRISTIANE SANTANA - LAUDECIRA FERREIRA
26.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NAZARÉ	- SEVERINO M.ALVES
27.	CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DA VILA CÊPOVO	- SEVERINO LOURENÇO - MOISÉS
28.	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ÁGUAS COMPRIDAS,NAZARÉ E SUAPE	- JOSUEL ANTÔNIO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)